

HEGEMONIA OCIDENTAL



PROCESSO CULTURAL, HISTÓRICO E SOCIAL

Maurício Waldman



EDITORA KOTEV
SÉRIE EDUCAÇÃO POPULAR 1

HEGEMONIA OCIDENTAL: PROCESSO CULTURAL, HISTÓRICO E SOCIAL ¹

Maurício Waldman ²

I. Ocidente: Uma Definição Sintética

O foco deste texto é o processo de hegemonia historicamente construído pelo mundo ocidental ao longo dos últimos seis séculos, periodização que adota como marco inicial a tomada de Ceuta pelos portugueses aos mouros no longínquo ano de 1415.

A conquista de Ceuta no litoral do Marrocos, que, diga-se de passagem, segue até os dias de hoje sob soberania ocidental, foi a primeira investida colonial dos europeus em terras externas ao seu continente de origem, que no transcorrer do tempo, terminaria por colocar todo o Planeta sob a égide do Ocidente.

Enquanto tal, a compreensão do nexos estimulador desta supremacia, multifacetada, progressiva e pespontada por especificidades, reclama uma avaliação que transbordando o universo econômico, apreenda também as dimensões do social e do cultural, às quais se conecta a jurisdição das tecnologias.

Neste sentido, certo é que embora os elementos que garantem a afirmação do poder estejam calçados no plano decisivo das relações econômicas, tão somente a economia se mostra insuficiente para vislumbrar a complexidade de uma máquina de dominação.

Justamente por esta razão, a discussão desenvolvida neste material adota como plano de referência o conceito de *padrão civilizatório* ou então, simplesmente *civilização*.

Este conceito, oriundo do latim *civitas* (cidade) e que se desdobrou no francês *civilization*, termo adaptado de forma assemelhada nos demais idiomas europeus, civilização diz respeito ao nível mais complexo na interação social, produção de bens e intervenção no meio natural, calçada numa sistematização mais minuciosa da produção, na ampliação das redes sociais e disseminação da vida urbana.

O conceito de *civilização* apreende um leque de instrumentos de gestão amplificados por instituições econômicas, militares, culturais, sociais, políticas e religiosas, capitaneadas pela atuação de um aparelho de Estado, cuja estruturação variou ao longo do espaço e do tempo.

Tratando-se de um conceito de grande envergadura, civilização pressupõe uma síntese dos traços mais profundos de um *conjunto de culturas* que guardam relações de afinidade entre si, passíveis de serem agregadas numa conceituação una, marcante e abrangente.

Pensando-se com base nesta perspectiva, há aceitação que a Humanidade, num sentido mais geral, pode ser enquadrada em *seis matrizes ou padrões civilizacionais básicos*.

Retenha-se que apesar de tema que prossegue objeto de debates e controvérsias quanto a situações específicas que se destacam no interior de cada um dos padrões civilizatórios, não se notam objeções quanto à demarcação de seis grandes agrupamentos axiais (Vide WALDMAN, 2006; MELLO, 1999; BRETON, 1990; TOYNBEE, 1979; MYERS, 1966).

Posicionando a questão nestes parâmetros, cientistas políticos, antropólogos, geógrafos e historiadores identificam as seguintes grandes áreas civilizacionais: *sínica*³, *indostânica*⁴, *islâmica*⁵, *negro-africana*, *européia ocidental* e a *européia oriental ou ortodoxa* (Figura 1).

Em comum, estas grandes civilizações são herdeiras de múltiplos experimentos culturais e históricos do passado, em determinados casos, preservando traços de culturas que se desapareceram nas peripécias que fruíram nos tempos históricos. Confira-se que paralelamente, existem blocos decorrentes da associação de elementos das seis grandes civilizações anteriormente citadas, considerados *mistos* ou *de transição*.

Este é o caso da *área budista*, que ocupa, exceto o Vietnã, a totalidade da península da Indochina, articulando empréstimos da civilização sínica e da indostânica, particularmente desta última. Já o *espaço latino-americano*, intercala três matrizes culturais: ocidental, africana e ameríndia, esta última um acervo proveniente de culturas e civilizações pré-colombianas (Incas, Maias e Astecas), largamente afetadas ou destruídas pelos europeus.

Deve-se também atinar para países cuja estratificação étnica, linguística e cultural torna difícil qualquer modalidade de tipificação. Exemplificando, as três Guianas apresentam um tecido étnico e cultural de tal modo heterogêneo, formado por indianos, indígenas, afrodescendentes, eurodescendentes, javaneses, antilhanos e mestiçagens para todos os gostos, sendo analisadas a parte por muitos autores.

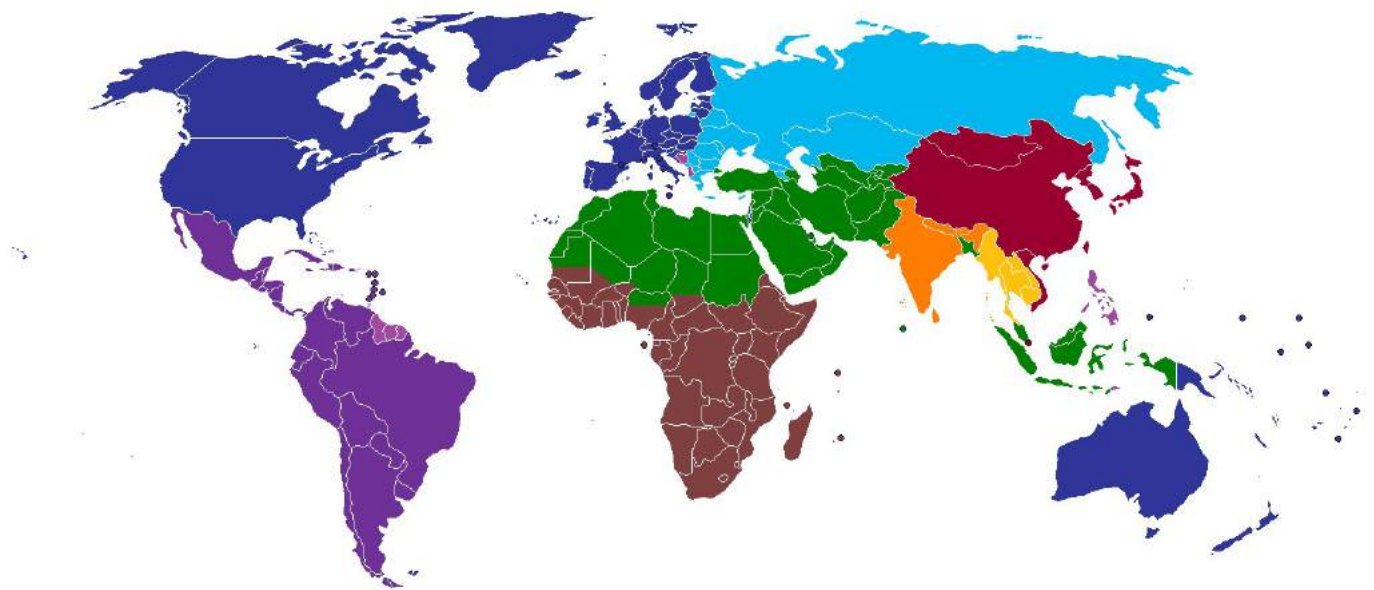


FIGURA 1 - Mapa das seis grandes civilizações que lustram o espaço terrestre na atualidade. A cartografia das civilizações revela, pois as áreas referentes à civilização sínica (vermelho), indostânica (laranja), islâmica (verde), negro-africana (marrom), europeia ocidental (azul-marinho) e europeia oriental ou ortodoxa (azul-claro). Também destaca espaços civilizatórios mistos ou de transição: América Latina (roxo) e a área budista ou indochinesa (amarelo). Este mapa, que incorpora contribuições e debates presentes em vários materiais, deixa em aberto, contextos que explicitam dificuldades mais incisivas em termos classificatórios, sempre na cor rosa: Guianas, Bósnia-Herzegovina, Albânia e Timor-Leste (WALDMAN, 2006; MELLO, 1999; BRETON, 1990; TOYNBEE, 1979; MYERS, 1966). (Fonte: Mapa de Maurício Waldman com acompanhamento técnico de Francesco Antonio Picciolo).

Deixando-se de lado as notações referentes a casos particulares, note-se que o senso comum perfaz um quinhão de erros e confusões, questão que se coloca para a própria noção de mundo ocidental. Nesta linha de argumentação, repare-se que coloquialmente a terminologia ocidental é quase sempre utilizada como sinônimo de europeu, uma acepção que no interesse da discussão travada por este texto, solicita recortes mais precisos.

Basicamente pelo fato de que a noção de Ocidente ou civilização ocidental se aplicar mais verdadeiramente às partes do continente europeu que ingressaram pioneiramente na dinâmica da economia de mercado, processo este substantivado pelo surgimento do Estado-nação, inferências que não se verificaram, ao menos na plenitude, no espaço da Europa do Leste.

Esta parte do continente, além de distanciada da corrente principal da economia, política e das dinâmicas sociais dos países a Oeste, apresenta matrizes civilizacionais próprias e

diferentes, mais gregas do que latinas, mais ortodoxas do que católicas ou protestantes. A nota demográfica predominante na Europa do Leste são povos, línguas e culturas de matriz eslava. Qual seja, nem latinas ⁶, nem celtas, e tampouco germânicas.

Na ótica da geografia, o isolamento destes povos foi uma constante durante séculos. A clausura geográfica foi marcante a ponto tal que mesmo a localização exata do Grão-Ducado de Moscóvia (origem do Estado imperial russo), era em pleno final do Século XV, momento em que a Europa Ocidental ensaiava o projeto das grandes navegações, objeto de discussões entre os cartógrafos ocidentais.

A reforçar esta condição estanque, a Europa Oriental foi assediada ao longo de sucessivas gerações pelas investidas dos vikings da Escandinávia, cruzados germânicos e suecos a Oeste, assim como por pressões exercidas por povos estepários da Ásia Central a Leste e por guerras ininterruptas com o império otomano ao Sul.

Note-se que os turcos ocuparam vastos territórios nos Bálcãs durante gerações, isolando esta região do resto da Europa, induzindo ao longo da sua dominação a formação de expressivos núcleos islâmicos em diversos países e partes dos Bálcãs (Bósnia, Macedônia, Albânia, Kosovo, Trácia, Rumélia e no Dobrudja), e paralelamente, expressivas minorias de etnia turca na região.

No que igualmente revela a intimidade desta parte do continente com as terras da Ásia, além dos sármatas, hunos e tártaros, outro conhecido senhorio asiático, os mongóis, exerceram o poder através do Canato da Horda de Ouro em largas extensões da Rússia, Ucrânia e Moldova durante quase 300 anos, tributando os povos da região até o início do Século XVI.

O Leste europeu abrigaria, pois vários pré-requisitos que permitem circunscrever outro espaço civilizatório: euro-oriental ou ortodoxo, cuja gênese repousa na propagação da influência da cristandade bizantina na direção da atual Europa Oriental, carreando neste movimento injunções intrínsecas ao antigo Império Romano de Oriente, a começar pelo influente substrato greco-bizantino, formando uma síntese com o universo eslavo.

No âmbito histórico, cultural, religioso, político e geográfico, sem contar os atuais Estados balcânicos da Sérvia, Macedônia, Montenegro, Bulgária, Romênia e Grécia ⁷, assim como as ex-repúblicas soviéticas da Bielorrússia, Ucrânia, Moldova, Armênia e da Geórgia, esta área civilizatória tem como sua emanação mais eloquente o Estado russo ⁸.

A mais considerar, estes povos e formações estatais possuem em comum uma trajetória essencialmente diferente na comparação com o ocidente. Muitas análises confirmam o quanto os Estados eslavos, a Rússia em particular, foram impregnados por influências da Ásia e de Bizâncio, atuantes no imaginário político, na visão de Estado e no trato mantido pelo aparato estatal com um substrato social essencialmente camponês da Europa do Leste (Cf. HUNTINGTON, 1997; BRETON, 1990; TOYNBEE, 1979; MYERS, 1966).

Consequentemente, a Europa ortodoxa não participou da empreitada mercantilista e esteve ausente na expansão marítima e comercial, o que igualmente explica o ingresso tardio no industrialismo, que ganha força nesta parte do continente unicamente no Século XIX, e mesmo assim, com ressalvas.

Intelectualmente, esta porção do mundo europeu criou formas próprias de elaboração cultural, com realizações não negligenciáveis nas artes e nos campos técnico e científico, mas às quais imprimiu uma fisionomia própria.

Isto posto, por Ocidente estaremos nos referindo ao grupo de nações que compartilham de uma matriz específica, estaqueada por uma série de atributos políticos e culturais peculiares às terras a Oeste do continente europeu, secundados pelo surgimento da moderna economia de mercado.

Neste particular, a evolução econômica do Ocidente, consensualmente demarcada por intermédio de uma seriação temporal encadeando três fases: mercantilismo, capitalismo mercantil ou comercial, capitalismo industrial e o capitalismo monopolista ou financeiro, é uma dinâmica que deteve proeminente papel histórico.

Passo a passo, estes três momentos materializam uma sucessão na qual a produção de valores de troca se intensifica de modo cada vez mais claro, seguimento cujo epítome é a supremacia ocidental em todo o Planeta, respaldada por um onipresente sistema de produção de mercadorias. Neste particular, se impõe o fato de que o centro dinâmico do sistema permaneceu a maior parte do tempo sediado na Europa Ocidental.

Esta realidade faz seus primeiros ensaios nos centros urbanos, como nos portos do Mediterrâneo e da orla atlântica, com nota relevante em repúblicas comerciais como as do Norte da Itália (Gênova, Veneza, Pisa, Milão e Florença, por exemplo) e nas cidades da Liga Hanseática, especialmente nas rotas do Mar Báltico e Mar do Norte (Bergen, Bruges, Colônia, Londres, Novgorod, Bremen, Dantzig, Lübeck, Hamburgo, etc.).

Posteriormente a liderança passou para as monarquias ibéricas de Portugal e Espanha, e mais tarde, para os Países Baixos ⁹, França e Reino Unido ¹⁰. Por fim, este sistema passa a ser capitaneado pelos Estados Unidos da América, país que no prisma da geografia das civilizações, pode ser definido como um prolongamento da velha civilização europeia.

Por outras vias, esse dinamismo se diversifica também pela incorporação de outros países europeus, como Alemanha e Itália, que desde o Século XIX se posicionaram como novos polos do sistema. A este grupo de países seria possível agregar Estados como a Bélgica e o Luxemburgo (que atualmente formam com os Países Baixos o bloco do BENELUX), as cinco nações da Escandinávia (Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia e Finlândia), a Áustria e a Suíça.

Claramente, estas nações são dotadas de projeção menos proeminente do que os poderosos “Estados-Diretores” ¹¹ da Europa Ocidental. Mas se enquadram neste conjunto de modo inextricável.

Para mais, esta listagem não seria completa dispensando a menção a um colar de Estados situados no entorno da atual Alemanha e Áustria, tais como Hungria, Croácia, Eslovênia, Boêmia-Morávia (atual República Tcheca), Eslováquia e os três Países Bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia).

Esta parte da Europa, que mantém vizinhança ativa com a Europa do Leste, durante um milênio gravitou a partir de influências que alcançavam a região a partir dos centros culturais do ocidente e ao mesmo tempo, foi intensamente impactada por invasões de nômades asiáticos, pelas tentativas de anexação pelo Império turco e nos últimos três séculos, pela ingerência do poderoso Estado russo.

Esta condição de periferia ao núcleo principal do mundo ocidental não deixou de ser marcada por vicissitudes e por uma série de relações disfuncionais e contraditórias. A Polônia, por exemplo, que é um país eslavo, distancia-se do mundo ortodoxo por inserir-se na esfera católica, sempre voltando suas atenções para o Ocidente.

Quanto aos Países Bálticos, estes interagiram não só com países que hoje formam a Alemanha, mas também em alto grau com a Suécia, a Polônia e principalmente, com a Rússia, que seguidamente interferiu e ocupou estas terras. A Hungria é mais um caso peculiar por tratar-se de um Estado formado a partir das vagas dos magiares, nômades asiáticos cuja língua não se relaciona com nenhuma outra da região e que ao mesmo tempo, sempre foi uma área de influência alemã. A Boêmia-Morávia, no caso parte do

espaço linguístico eslavo, também não pode ser compreendida em dissociação com o cosmos alemão.

Por sua vez, a Eslováquia é uma pequena nação que historicamente manteve relação umbilical com a Áustria e a Hungria, que apenas no final do Século XX emerge como entidade estatal autônoma. A Eslovênia e a Croácia, países católicos de língua e cultura eslavas, foram magnetizados pela Áustria e Hungria durante grande parte história, e mais recentemente, pela Alemanha.

Outra ordem de considerações pode ser tecida para a Albânia, o Kossovo e a Bósnia-Herzegovina. Estes três países balcânicos mantiveram-se à margem do ocidentalismo por motivações históricas e geográficas, dentre estas o longo domínio turco. Para arrematar, possuem expressiva população muçulmana, o que as coloca na órbita do mundo islâmico.

Para a Bósnia-Herzegovina, caberia ainda registrar que este país é uma encruzilhada de civilizações. Além dos *bosniaks* (bósnios muçulmanos), existem fortes núcleos de croatas (católicos) e sérvios (ortodoxos), uma composição que diante da eclosão de movimentos nacionalistas, esteve no centro da cruenta guerra civil que durante os anos 1990 sacudiu este país balcânico.

Nos marcos geográficos externos à Europa, anote-se o caso do Estado de Israel, situado no seio do Oriente Médio e cercado por países árabes e muçulmanos. Todavia, este país materializa uma realidade cujo cerne é formado por judeus europeus, que modelaram uma nação cuja soldadura básica é indiscutivelmente ocidental. Uma faceta que ajuda a compreender a situação de atrito permanente mantido com o entorno geográfico árabe e islâmico do Oriente Médio.

Por fim, países não-europeus como o Japão, a Coreia do Sul e os cinco “países chineses” (Singapura, Taiwan, República Popular da China e as regiões administrativas especiais de Hong Kong e Macau), demonstram robusta aderência ao sistema econômico ocidental. Porém, nunca omitindo a especificidade marcante das feições históricas, geográficas e culturais, inseridas na área da civilização sínica.

Rubrique-se que estas nuances da geografia econômica mundial não descaracterizam, descartam ou contestam a hegemonia usufruída pelo Ocidente. Pelo contrário, nada mais explicitam do que a capacidade de difusão, adaptação e capilaridade da economia de mercado.

Na realidade, o Ocidente se vincula de um projeto de poder planetário, e nesta senda, tem por pré-requisito matricial a submissão de povos, grupos e culturas, desigualmente integrados num padrão civilizatório.

De mais a mais, isto se traduziu pela perpetuação dos polos de poder no espaço europeu e em países que como os Estados Unidos, Austrália, Canadá e Nova Zelândia, perfazem uma linha de continuidade com o mundo ocidental.

Pensada nestes termos, o mundo ocidental lançou mão na sua expansão e consolidação, de um rol de fabulações inerentes à natureza mais íntima desta civilização, dentre estas a estratégia da desqualificação racial e a releitura e adaptação das bases tecnológicas engendradas por outras civilizações em proveito de um projeto de supremacia global (WALDMAN, 2016a, 2016b e 2006; BRETON, 1990; FONTETTE, 1976).

Uma proposição que motivou ideias controversas e que, portanto, são merecedoras de uma leitura crítica, essencial para que inclusive, a ordem global gerada pela expansão ocidental possa sugerir outros caminhos e expectativas.

II. A Europa no Contexto da História das Civilizações

No quadro das teses preocupadas com a análise do que se convencionou denominar como “progresso”, “civilização” e “desenvolvimento”, estão presentes, sem nenhuma sombra de dúvida, várias proposições passíveis de serem catalogadas, na perspectiva das ciências sociais, como equivocadas e pior ainda, como tendenciosas e racistas.

Dentre estas, em razão dos reflexos absolutamente perigosos e desestabilizadores para o relacionamento entre os grupos étnicos, a tese racial ocupa posição de proa. Avaliando a história humana com base numa hierarquia formada por raças, o preconceito é deste modo introjetado para explicar a dessimetria presente na ordem global, avaliando o papel desempenhado pelas diferentes nações a partir de primados raciológicos.

Neste prisma, para os defensores da teoria do atraso racial, o subdesenvolvimento, a instabilidade política, a pobreza e os indicadores econômicos negativos, do mesmo modo que o *gap* que separa o Terceiro Mundo do seletivo grupo das nações afluentes, estaria relacionado à inferioridade biológica inata dos povos dos países subdesenvolvidos.

Na sequência, para os teóricos racistas o desenvolvimento industrial dos países brancos europeus, e do mesmo modo, a vitalidade que dinamiza as economias desenvolvidas encontraria explicação, na compreensão destes, em hipotéticas qualidades consideradas intrínsecas de uma raça congenitamente hábil, perseverante, enérgica, conquistadora e empreendedora. Evidentemente, atributos endereçados à chamada raça branca (*passim* LACOSTE, 1978: 199).

Note-se que embora muito difundidas, as interpretações de cunho racial não encontram respaldo à luz das certificações históricas, geográficas, sociológicas e/ou antropológicas. Objetivamente, a teoria racial carece de respaldo qualquer que seja o recorte adotado pelas abordagens.

Temática amplamente analisada pelo conjunto das ciências sociais, a argumentação de que as características intelectuais, psicológicas, culturais e a inventividade das populações procederiam de uma base biológica tem sido continuamente refutada.

Tratando-se de uma construção teórica perpassada por nítidas afetações ideológicas, a pretensa superioridade racial de um grupo específico, no caso os europeus, sobre os

demais povos e culturas, segue na contramão do fato de que o conjunto dos povos, grupos e nações perfazem uma única raça: a humana.

Em síntese, detalhes como formato do crânio, cor da pele, tipo de cabelo, altura, cor dos olhos e paralelamente, aspectos como habilidades intelectuais, rasgos afetivos e padrões comportamentais, não fornecem azo para caracterizar matriz visando a definição de quaisquer “troncos raciais”.

Exatamente por isso, argumentar em termos de “raças” a diferenciar os humanos, além de não possuir base científica, insere uma lógica de resto questionável devido ao longo histórico de miscigenações entre os grupos que formam a Humanidade. A este respeito bastaria conferir o parágrafo abaixo:

“Retrocedendo pela árvore genealógica, os antepassados de um indivíduo se multiplicam em progressão geométrica. Se um contemporâneo nosso puder reconstruir sua árvore genealógica até oito gerações precedentes, isto significará que sua constituição genética e, por conseguinte seu aspecto físico será derivado de 510 antepassados que viveram por volta do ano 1700; as mestiçagens são tão prováveis, inclusive num período de tempo tão curto, que a pureza racial se converte em uma expressão sem sentido” (JONES, 1966: 51).

Não fosse suficiente, retenha-se que cabalmente, a totalidade das grandes civilizações da antiguidade surgiu entre povos não-europeus: Egito, Suméria, Incas, Maias, Astecas, Kush, Khmer, Etiópia, China, Pérsia, Índia e muitas outras sociedades do atual Terceiro Mundo, cujas realizações configuraram os primeiros grandes passos da Humanidade em modelar o ambiente natural, permitindo a expansão e consolidação da presença humana no Planeta.

É neste sentido que estas civilizações também correspondem a realidades nas quais a Humanidade pela primeira vez se separa local, mas definitivamente da economia de ocupação do solo, criando a agricultura, a criação de gado, a arquitetura, o cálculo, a escrita, o comércio, a moeda, o direito e sistemas religiosos (*apud* GODELIER, 1974: 58).

Todavia, mesmo a existência de provas irrefutáveis da capacidade dos povos externos à Europa em encetar ousadas iniciativas no campo técnico, cultural e do conhecimento, foi insuficiente para frear a disseminação de leituras racistas.

Assim sendo, diante do fato consumado de que a civilização, enquanto feito histórico, é largamente devedora de populações não-ocidentais, os ideólogos europeus passaram a

desenvolver proposições com intenção manifesta de negar que tais realizações fossem de responsabilidade de não-brancos, teorização que em especial, teve como um dos focos preferenciais a civilização egípcia.

Pois então, o Egito faraônico passou a ser desde o Século XVIII apropriado pela história ocidental como integrando o mundo das populações brancas. Basicamente porque era um incômodo aos olhos do expansionismo europeu a existência de uma grande civilização situada fora da Europa. Pior ainda: *na África*.

A solução encontrada foi ao mesmo tempo simples e ignóbil: definir os antigos egípcios e suas esplêndidas realizações como obra de povos de tez clara. Tal ideiação, na prática uma fabulação “arianizante” voltada para expurgar os traços indelevelmente africanos de uma civilização geográfica, histórica e culturalmente negro-africana, justificou a construção de imagens míticas de fundo racial, propaladas por uma coletânea de produtos culturais.

Para conferir esta assertiva, basta recordar a profusão de películas cinematográficas com egípcios brancos, quando não loiros, de olhos azuis e com feições impecavelmente germânicas, que surgem iluminados sob os fortes raios do Sol que banham o país do Nilo.

Contudo, as características físicas destes egípcios de Hollywood destoam inteiramente do quadro fenotípico dos grupos que originalmente ocuparam o vale do rio Nilo, um dos múltiplos exemplos de imagens que se afirmaram no imaginário cinéfilo e em todas as peças culturais, e de tal modo incongruentes e inverídicas, que inspiraram reações críticas a este Egito ficcional.

Assim, desde os anos 1950, e com mais força a partir dos anos 1970, com a realização de investigações apoiadas por entidades como a UNESCO ¹², análises realizadas por variada gama de especialistas, tais como historiadores, arqueólogos, geógrafos, linguistas e antropólogos, colocaram em questão esta imagem construída de um Egito adaptado à pretensão de suposta superioridade branca, sendo cientificamente revista e retificada.

Note-se que conquanto tenha sido definido pelos acadêmicos do Século XIX como uma cultura “mediterrânea”, “médio-oriental” ou “indo-europeia”, o Egito dos faraós resultou na realidade de um dinamismo histórico, geográfico, social e cultural no qual os vínculos com o mundo negro-africano tiveram influência decisiva.

Atente-se que as conexões da civilização egípcia com o interior do continente, calçadas pela estrada líquida do rio Nilo, ataram durante toda a história egípcia as terras do Egito com as imensidões do *hinterland* da África Negra (DIOP, 1983).

O grande rio, lado a lado com rotas imemoriais que cruzavam o Saara, sempre foi esteio para contatos com outros polos civilizatórios situados no curso superior do Nilo, na Núbia e na Abissínia (Figura 2), e com as populações do Sul do Saara, fatores indissociáveis da irrupção e consolidação da civilização egípcia. Ainda assim, a despeito de laços cabais com o interior do continente, apenas a muito custo logrou-se a reintegração do Egito com o teatro histórico, cultural e geográfico de origem, que é a África.

Numa exemplificação quase alegórica, a tese de doutorado do historiador e antropólogo senegalês Cheik Anta Diop (1923-1986), versando sobre as raízes africanas da civilização egípcia, pontuação que atualmente goza de plena aceitação científica, incitou na ocasião, vívidas controvérsias. O texto do historiador foi rechaçado em 1951 pela Universidade de Paris-Sorbonne e aprovado em 1960 somente na segunda apresentação do trabalho ¹³.

Num plano geral, anote-se que a despeito da supremacia política e econômica que desfrutou durante 500 anos, a Europa manteve-se durante a maior parte da história das civilizações, na posição de um rincão periférico, de uma área marginal frente a espaços conotados por dinamismo cultural muito superior, e com frequência importando saberes dos povos de outros continentes.

Mais ainda, muitas partes do Velho Mundo estiveram de modo contínuo na dianteira das descobertas científicas e inovação tecnológica. Neste sentido, não existe, por exemplo, qualquer termo de comparação da Europa Medieval e dos princípios da Idade moderna com o mundo árabe e muçulmano.

Uma prova incontestável desta aferição é registrada pelo geógrafo francês Roland Breton. Este, ponderando sobre o acervo das bibliotecas do mundo muçulmano observou que no Século IX o Califa de Bagdá fundou a Casa da Sabedoria, que reunia um milhão de volumes; no Século X, Córdoba tinha bibliotecas que somavam 400.000 volumes e o Cairo, 1,6 milhão, dos quais 6.000 de matemática e 18.000 de filosofia (*apud* BRETON, 1990: 83).

Entretanto, no Século XIV, o rei da França Carlos V, *o Sábio*, teve soberba dificuldade para reunir 900 livros, ainda assim um pecúlio que praticamente constituía um regalo do soberano, vedado ao comum dos mortais (*apud* BRETON, *idem*).

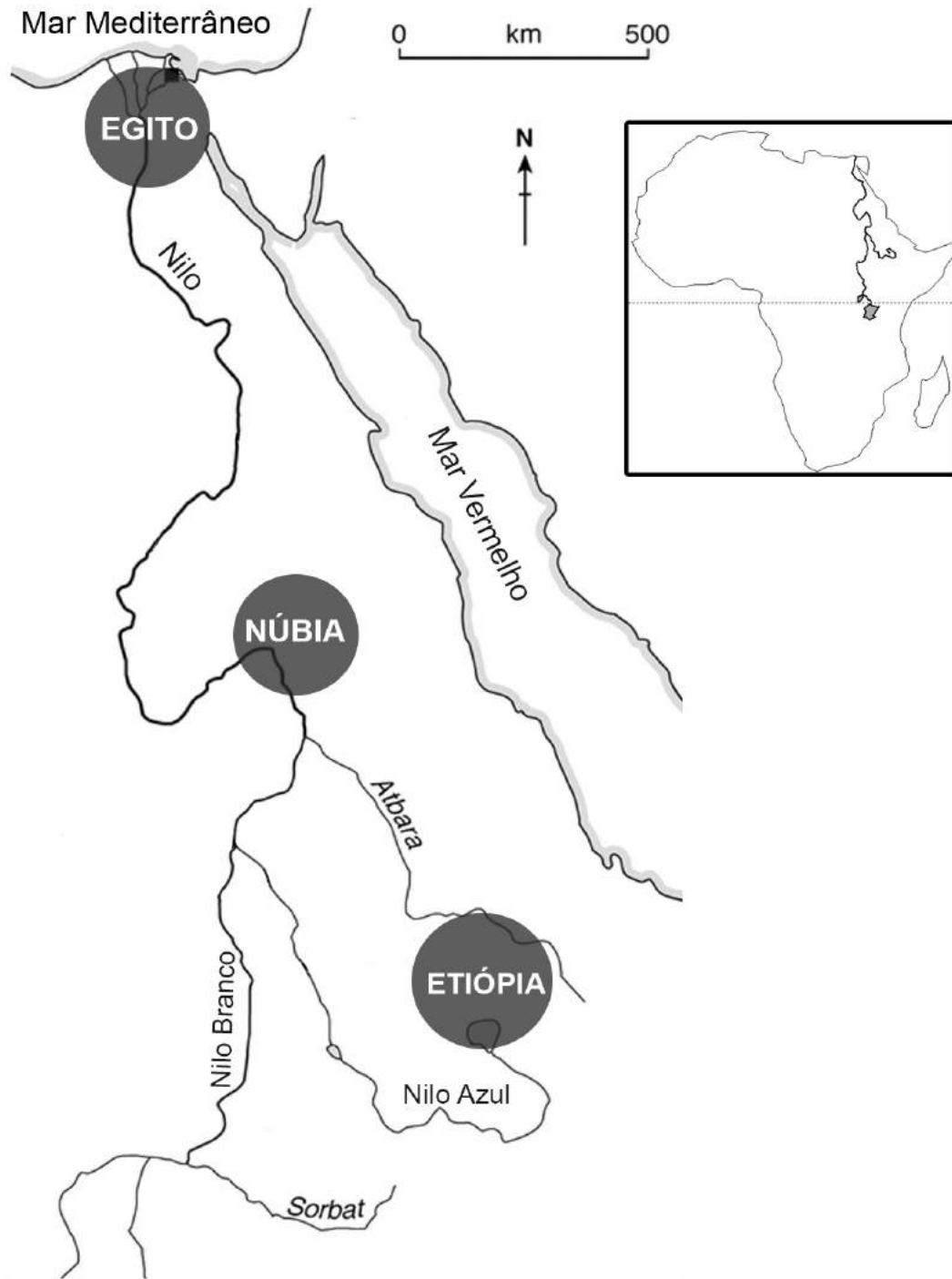


FIGURA 2 - O rio Nilo atravessa trecho considerável do continente africano (Vide encarte). Ao longo do caudal deste rio, floresceram três grandes polos de civilização: o Egito Faraônico, a Núbia (reinos de Kush e Napata-Meroé) e a Abissínia (reinos Damot, Aksum e Etiópia). Ao longo de séculos, ao sabor das potencialidades de cada época, persistiu um intercâmbio cultural conectando povos e culturas nilóticas, mais incisivo quanto ao Egito e a Núbia, menos intenso no tocante à Abissínia, mas sempre marcando a influência do Nilo enquanto um vasto corredor geográfico (Fonte: Mapa de Maurício Waldman com acompanhamento técnico de Francesco Antonio Picciolo).

Note-se que mesmo a civilização grega clássica, entronizada como berço do Ocidente, jamais poderia ter se erguido sem o concurso de empréstimos culturais e científicos da Ásia e do Egito, que chegaram às plagas do Egeu através da Anatólia e da ilha de Creta, esta última ostensivamente impregnada em várias nuances de traços culturais egípcios e do oriente médio.

Aparte o que há de específico nas realizações do mundo grego, este se afirmou numa coleção de noções, práticas e tecnologias sem os quais, seria impossível que a Grécia alcançasse a proeminência de que desfrutou na antiguidade clássica.

Por sinal, esta herança somente alcançou os próprios europeus através dos escribas e sábios do oriente muçulmano, que cuidadosamente preservaram e traduziram boa parte dos preciosos tratados e manuscritos gregos e romanos que chegaram às suas mãos ¹⁴.

Ademais, o mesmo pode ser colocado acerca de muitos elementos centrais que povoam o imaginário europeu, a começar pelo cristianismo. Tal concepção religiosa, repetidamente evocada como matriz da religiosidade ocidental é no final das contas oriental quanto às suas raízes teológicas, culturais, étnicas, históricas e geográficas.

Não por outra razão senão pela evidência de que as religiões cristãs destacaram-se do judaísmo, concepção que como se sabe, foi desenvolvida no contexto das comunidades hebraicas do Oriente Médio, que por sua vez incorporou noções religiosas oriundas das culturas de base agrícola que eclodiram em toda a extensão do Fértil Crescente (Figura 3). Portanto, externamente à realidade europeia.

Outra incorreção da tese racial decorre do fato de que muitos espaços marcados por uma inserção desigual e periférica no sistema ocidental são povoados por grupos classificados como brancos. Este é o caso de nações como o Chile, Argentina, Uruguai e a Costa Rica, na América Latina ¹⁵; da Síria, Turquia e Líbano na Ásia ocidental; da Geórgia e da Armênia no Cáucaso.

Para arrematar, é possível identificar a existência de espaços gravados pelo descompasso diante do modelo hegemônico em países e regiões no contexto europeu propriamente dito. Considere-se que a terminologia Europa é largamente utilizada de modo genérico, borrando especificidades e contextualizações sociais, culturais e históricas, dentre as quais, também as de ordem social e econômica.

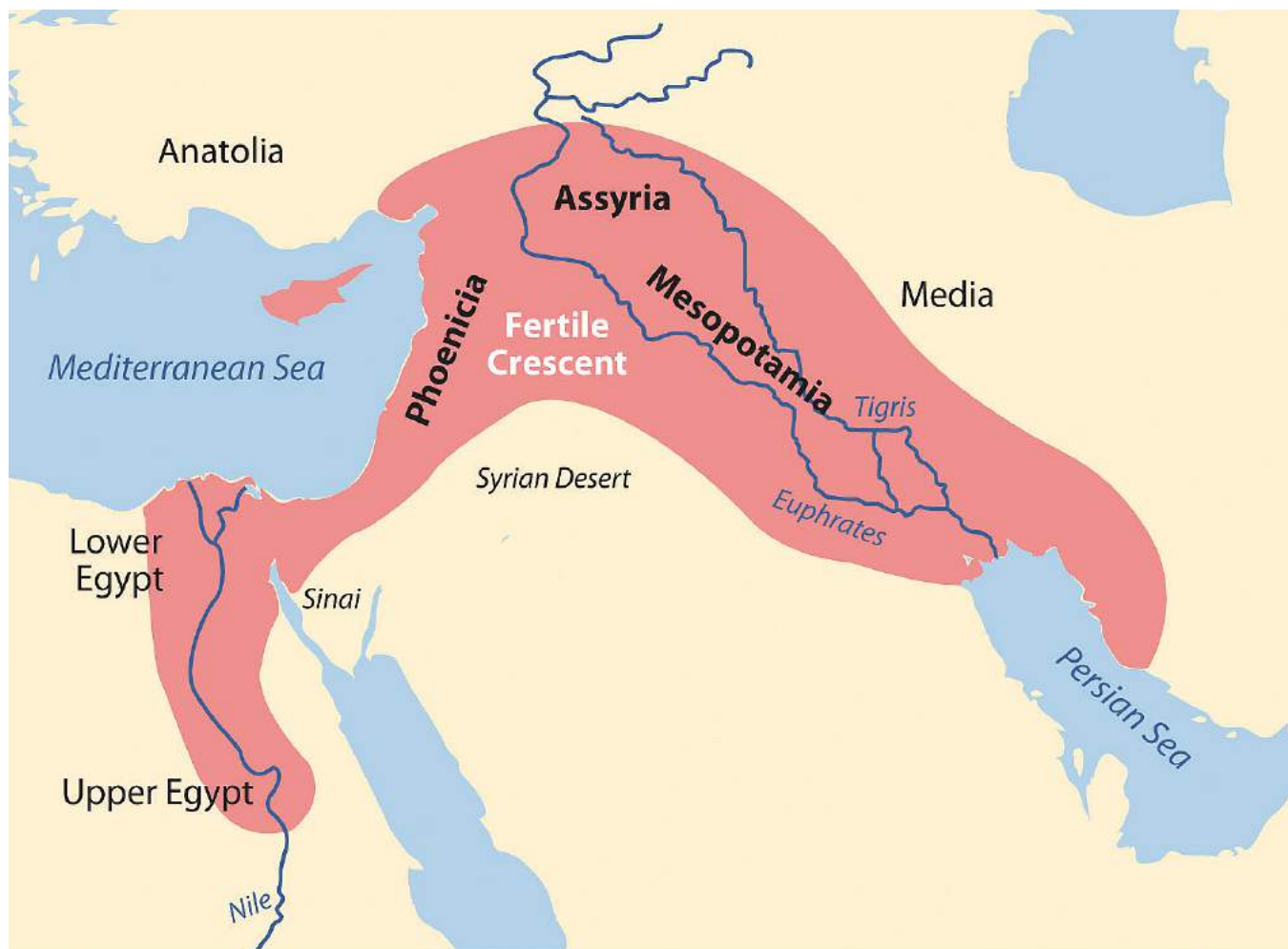


FIGURA 3 - O Fértil Crescente abrangia no antigo Oriente Médio as terras banhadas numa ponta pelo rio Nilo (no Egito), e na outra, pelos vales do Tigre e Eufrates (Mesopotâmia). O termo Fértil Crescente decorre da forma em arco que esquematicamente apreendia as regiões ocupadas pelas grandes civilizações agrícolas do passado no Oriente Médio. Note-se também que a primazia da civilização agrícola nos países da Ásia Ocidental tem sido contestada pela moderna arqueologia, que identificou muitos outros polos agrícolas em regiões da África e da Oceania (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 24-05-2016).

Nesta ordem de considerações, atente-se para um conjunto de países balcânicos pouco desenvolvidos, caso da Macedônia, Sérvia, Bulgária, Kosovo, Montenegro, Albânia, Moldova e Romênia. Nesta vertente, o mesmo pode ser dito de nações como Portugal e a Eslováquia.

No mais, é possível constatar áreas mais pobres que no contexto de países afluentes, estão conferidas da função de áreas complementares aos espaços mais desenvolvidos. Este é o caso, no Reino Unido, da Irlanda e regiões do País de Gales e da Escócia.

É também o clássico exemplo substantivado por regiões como o *Mezzogiorno*, tal como é conhecida a porção Sul da Itália, isto é, “meio-dia”, uma parte ensolarada e mais quente do país, que exhibe desequilíbrios quanto ao perfil histórico, político, cultural, econômico e social na comparação com as regiões central e setentrional da república italiana (Vide Figura 4).

Em síntese: as situações de inserção desigual no modelo hegemônico vigente resultaram de ampla fatoraço de inferências históricas, sociais, culturais e econômicas, para as quais os argumentos de fundo racial são ineficazes e despossuídos de qualquer efetividade operacional.

Não obstante, considerações descambiando para o preconceito racial puro e simples foram regularmente utilizadas para poupar o papel das potências imperialistas que surgiram em solo europeu a partir do Século XV enquanto agentes do atraso e do subdesenvolvimento.

Deste modo os motivos reais, decisivos para a articulação da desigualdade entre grupos, povos e nações terminaram mascarados, obscurecidos e desqualificados.

Fundamentalmente, a causa mais profunda dos papéis desiguais desempenhados pelos diferentes países no cenário internacional repousa, antes de tudo, nas contradições inerentes à ordem geopolítica e econômica mundial, construída a partir das chamadas grandes descobertas.

Este modelo repetidamente recorreu a estratégias ideológicas baseadas no racismo e na subalternização das culturas não-europeias, acepções que desde os primórdios da expansão europeia se repetem quando muito alteradas na forma. Mas sempre mantendo a essência em desqualificar tudo o que não seja branco, ocidental e europeu.

Este entendimento constituiu uma profunda alteração dos padrões sensíveis que permanentemente marcaram presença nas sociedades humanas, demarcando uma incisiva encruzilhada civilizatória que atendeu ao propósito deliberado de colocar povos, culturas e espaços a serviço do esquema societário proposto pelo ocidente.



FIGURA 4 - Mapa da Itália com as atuais divisões regionais agrupadas em três macro-conjuntos: Norte (verde), Centro (azul) e o Sul ou o *Mezzogiorno* (amarelo-laranja). Caberia ressaltar, cada macrorregião expressa, na realidade, profundas especificidades históricas, culturais e geográficas. O Norte da península sempre esteve integrado à corrente mais dinâmica da economia europeia, processo encabeçado por repúblicas comerciais autônomas como Florença, Milão, Gênova e Veneza. O Centro, magnetizado pela cidade de Roma, foi tradicionalmente, desde o Século VIII, um território sob domínio do Papa, que atuava como poder temporal. O Sul caracterizou-se como um espaço monárquico, com forte inflexão feudal, agrícola e patriarcal. A partir da Baixa Idade Média, formaram-se no Sul dois reinos: o de Nápoles (1282-1816) e o da Sicília (1130-1816), unificados no Século XIX como Reino das Duas Sicílias. No Sul predominou uma economia agrária e pastoril, monopolizada por grandes proprietários de terras, relativamente aparte do dinamismo econômico europeu, uma declinação que perdura até os dias de hoje. A Sardenha, Molise e Abruzzo, aparte singularidades, são três províncias que igualmente compartilham analogias com o *Mezzogiorno*, daí serem incluídas nesta parte da Itália nos levantamentos estatísticos e geoeconômicos (Mapa de Maurício Waldman).

Nesta linha de abordagem, as interpretações racistas que imputam aos povos do Terceiro Mundo o conformismo social, ausência de racionalidade econômica e baixa competência intelectual transparecem nitidamente em peças culturais que transitam na literatura, no teatro, anedotário, cinematografia, imprensa, na fala coloquial, representações pictóricas, nos livros didáticos e inclusive nos *comics*, as histórias em quadrinhos (HQ).

Neste último caso encontramos personagens que reproduzem uma ideologia colonialista, tais como o emblemático Fantasma, *The Phantom* (Figura 5). Este herói das HQ transita nos *comics* num país africano absolutamente ficcional: *Bangalla*, povoado por nativos incultos e atrasados, tomados sob cuidados do protetor branco estrangeiro.

Este personagem idealizado tem por tarefa cotidiana proteger grupos tribais atrasados que habitam florestas e descampados, explicitando o juízo de que os não-europeus são sufocados pela natureza e incapazes de dominar o ambiente, de progredir materialmente e obviamente, de exercerem autogoverno.

Quando avaliados num olhar crítico do colonialismo, os *comics* sempre repetem uma nota fundamental: a inaptidão dos povos coloniais para em avançar para além da barbárie e o quanto o domínio europeu deve antes ser visto como uma benção, e não uma tragédia para estes povos e culturas, justificando-se assim a intervenção dos ocidentais para que a civilização possa finalmente triunfar e seguir adiante (Figura 6)

Não fosse suficiente, a tese racial serve ainda para consumo interno em países nos quais as desigualdades sociais se articulam com uma linha de discriminação étnico-racial, via de regra, afetando grupos que de um modo ou de outro foram desigualmente integrados no sistema ocidental de vida.

Na América Latina, em contraste flagrante com uma minoria branca de origem europeia, segmentos ponderáveis de origem negra, ameríndia ou mestiça, foram relegados a posições socialmente subalternas, sendo ao mesmo tempo culturalmente espoliados, economicamente desprovidos e politicamente excluídos, situação que se perpetua desde o início da colonização.

Este é o caso de países como o Brasil, a Colômbia e de várias nações do Caribe, que possuem significativos grupos de afrodescendentes e de países latino-americanos que reúnem massa expressiva de indígenas, tais como o México, Peru, Guatemala e Bolívia, esta última, uma nação onde a desqualificação social e racial das populações autóctones desenhou uma genuína dessimetria estrutural ¹⁶.



FIGURA 5 - O personagem Fantasma, aqui retratado numa imagem clássica, foi criação do escritor e diretor teatral norte-americano Lee Falk (nascido Leon Harrison Gross, 1911-1999), também responsável pela criação do personagem Mandrake. As características do personagem associam a criação de Falk, mesmo que inconscientemente, a muitas imagens colonialistas, que pregam a missão do homem branco em enfrentar o meio natural hostil, intervir em regiões externas à Europa e por fim, defender a ordem e a paz junto a povos periféricos e incultos, de resto uma incumbência que a narrativa de Fantasma não estabelece data para terminar (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 24-05-2016).

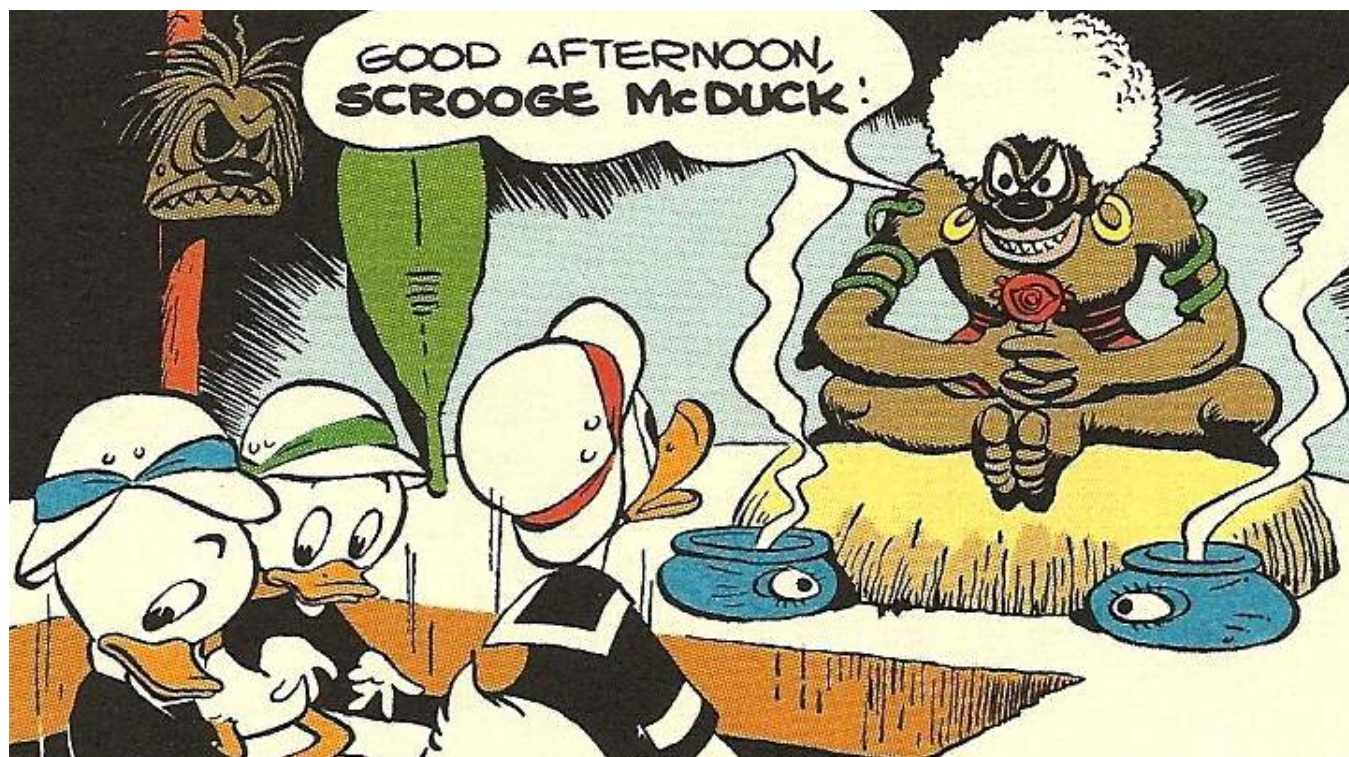


FIGURA 6 - Nas histórias em quadrinhos, a estereotipia negativa dos povos do Terceiro Mundo é uma nota comum, frequentemente conotada pela noção de *selvageria*. É assim que Walt Disney retrata o encontro do Pato Donald com um feiticeiro tribal africano, situando o contraste da percepção civilizadora dos ocidentais em contraposição a comunidades hostis, seminuas e incivilizadas (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 13-05-2016).

Para sintetizar, pretender que os descompassos sociais e econômicos sejam inteligíveis a partir de critérios raciais não constitui argumento endossado por qualquer premissa de cientificidade.

Antes, configuram claro instrumento de dominação, pavimentando modos de oprimir, recalcar e excluir amplos segmentos das sociedades nacionais de uma efetiva participação no usufruto das riquezas dos países nos quais vivem, e não menos importante, do exercício do mando político.

Esta realidade, que nasce a partir da expansão marítima e comercial europeia, foi continuamente redesenhada pela hegemonia ocidental, que adotou novas roupagens que em última análise, sempre confirmaram a posição subalterna à qual estes grupos foram relegados.

Uma situação que o industrialismo não viria a mudar. Pelo contrário, apelando para uma atualização de um prontuário repleto de invectivas racistas e discriminatórias, novamente o mundo ocidental colocaria em marcha uma nova rodada de mistificações.

III. Tecnologia, Processo Histórico e Industrialização

No tocante ao tema ora em discussão, seria pertinente centrar nossas atenções nos motivos que calçaram um protagonismo europeu na industrialização, cujo pressuposto foi a acumulação primitiva de capital realizada na fase mercantilista.

Surgindo na Europa antes do que em qualquer outra região do mundo, o industrialismo constitui um dado estrutural, responsável por pavimentar a hegemonia europeia no seio da ordem ocidental, reafirmando deste modo a função de polo mandante planetário.

O tema está seguramente revestido de polêmicas, em especial quanto aos motivos que permitiram aos europeus serem os pioneiros na revolução industrial. Como muitos outros temas, leituras estereotipadas igualmente perpassam pelo temário da industrialização, e nesta senda, reportam a uma discussão que coloca em evidência uma série de lugares-comuns.

Indo direto ao ponto, indagaríamos: o pioneirismo europeu na industrialização seria demonstrativo de uma incomum maestria da Europa na comparação com povos extra-europeus, que deste modo estavam de mãos atadas para encetar a transformação dos processos de produção?

Tal como já registrado nos parágrafos anteriores, uma primeira observação diria respeito ao fato de que a hegemonia industrial europeia decerto não decorreu da falta de inventividade dos não-europeus.

Nada permitiria sentenciar que povos dos outros continentes ignoraram um equivalente ao formidável avanço tecnológico dos modelos produtivos vivenciados pela Europa a partir do Século XVIII.

Sinteticamente, o desenvolvimento de um poderoso aparato técnico, passível de ser incorporado a uma transformação radical dos ciclos de produção, e com base nisso propiciar a irrupção da revolução industrial, não foi em absoluto um privilégio europeu.

No que diz respeito, por exemplo, à China, muitos dados podem ser encontrados nos estudos dos orientistas e sinólogos, cujas análises demarcam forte consenso quanto aos tremendos avanços da tecnologia desenvolvida de longa data pelos antigos chineses.

Por exemplo, parece exato afirmar que a civilização sínica criou os chamados quatro grandes inventos que abriram as portas para o mundo moderno: a imprensa, a pólvora, o papel e a bússola (Figura 7).

Além destas notáveis contribuições, a China também legou para a Humanidade, além de textos científicos, técnicos, literários e filosóficos, métodos agrícolas e de fundição dos metais, a tinta de escrever, o compasso, o sismógrafo, o papel-moeda e a balestra (Ver entre outros, WEI, 1980; JOPPERT, 1978).

Por sinal, até mesmo o tipo móvel de imprensa foi primeiramente idealizado na China. O inventor Pi Sheng já em 1041, base para uma dinâmica indústria editorial chinesa (Figura 8). Isto acontecia aproximadamente 500 anos antes do alemão Johannes Gutenberg, que na realidade, criou o sistema de prensa mecânica de textos com tipos móveis, mas não a produção seriada de livros.

Seria possível ainda enumerar outras maravilhas tecnológicas desta notável civilização: a conversão do movimento circular em retilíneo, a biela e o pistão. Os chineses foram também os primeiros a utilizar o carvão de pedra como combustível e o calor proveniente do gás.

Ademais, produziam aço desde o Século II. Isto quando se sabe que a Europa, “só passou do estágio do ferro forjado para o ferro fundido na Idade Média e a indústria do aço europeia, somente muito tempo depois” (JOPPERT, 1978: 87).

Mesmo no plano das artes náuticas, empreendimento que os livros de história destacam como uma grande proeza dos navegantes europeus, os chineses detinham superioridade técnica absoluta.

A título de exemplo, nos primórdios do Século XV o imperador Yung Lo, da dinastia Ming, lançou seis enormes expedições formadas por setenta juncos descomunais, sem paralelo nas navegações europeias, somando uma tripulação entre 20 a 30.000 homens sob o comando de Zheng He (1371-1433), um chinês muçulmano.

Tais frotas organizadas pela China, dispondo de infraestrutura para se manterem semanas em mar aberto, cruzaram as vastidões do Índico e atracaram nas costas de Moçambique e em muitos outros pontos da África Oriental, sem contar que teriam inclusive ultrapassado o Cabo da Boa Esperança e alcançado pontos do litoral africano no Atlântico.

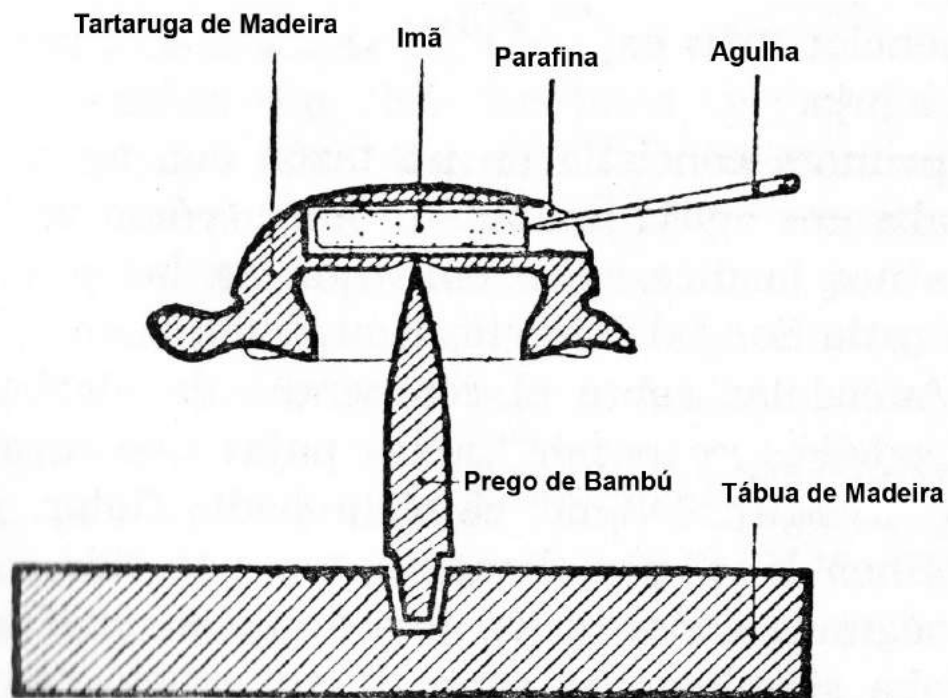
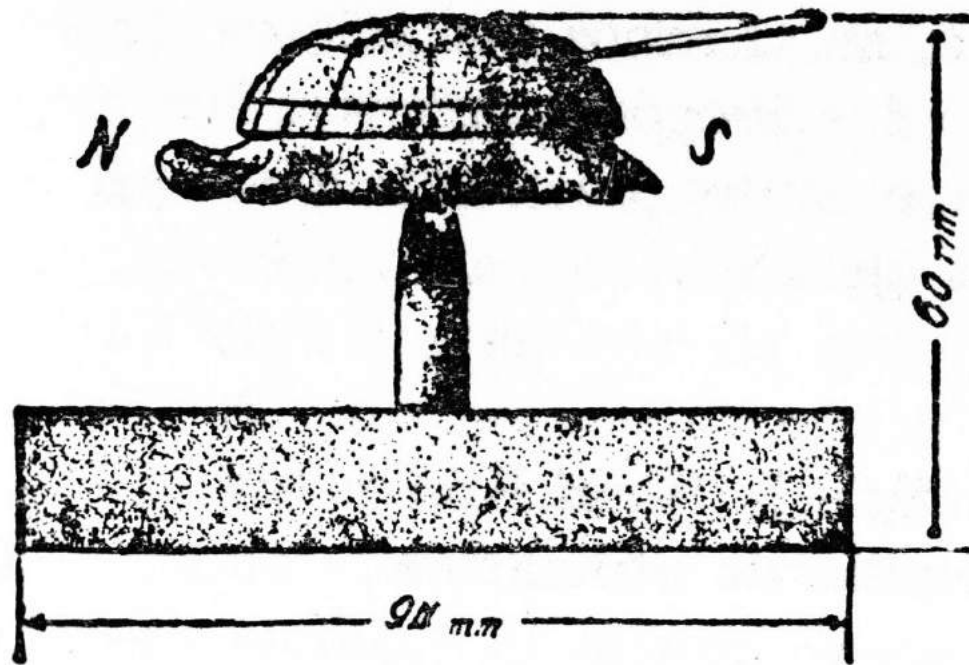


FIGURA 7 - Diversos documentos da antiga China atestam que no final do Século X a bússola já estava em uso neste país, sendo que o instrumento era apresentado em inúmeras versões. Nas imagens acima, estão representados o desenho e o esquema da “bússola tartaruga”, assim denominada por fazer uso da forma deste animal. A cabeça indicava o Norte e a cauda, o Sul (WEI, 1980: 69).

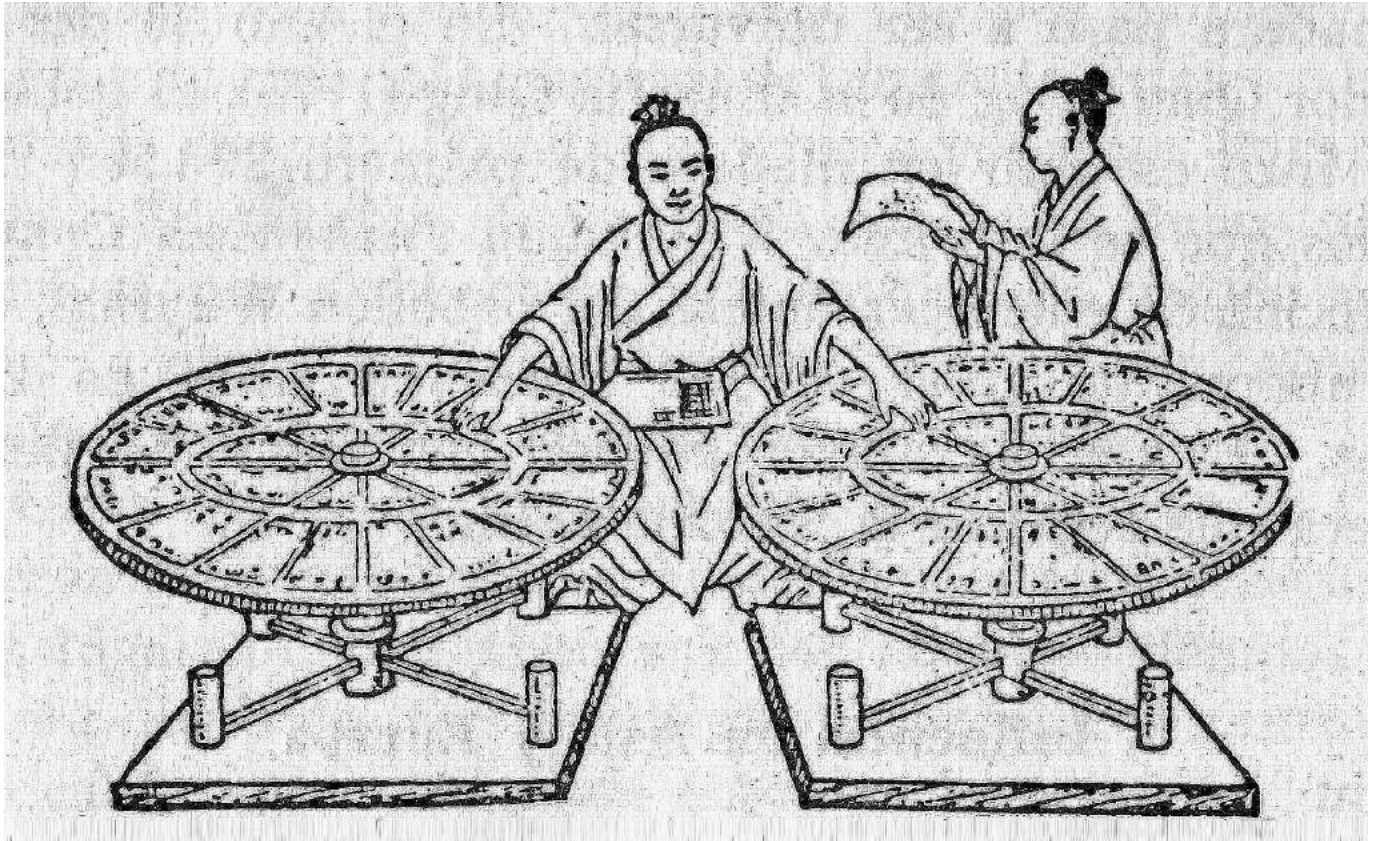


FIGURA 8 - Seleção de tipos numa oficina da China antiga. A indústria editorial chinesa configurava, séculos atrás, uma economia de escala, influenciando muitos países vizinhos na adoção deste eficiente método de impressão (WEI, 1980: 59).

Outra parcela de criações de grande impacto pode ser reputada à extensa carreira de sucessos com origem na grande península do hindustão, ou Índia, como sinteticamente nos referimos a esta enorme parcela do espaço geográfico terrestre, área de surgimento da civilização indostânica.

A organização urbana da precedente civilização Harappa, embrião da indostânica, que prosperou no vale do rio Indus, foi sem igual. A arqueologia trouxe à luz construções esplêndidas, se espalhando por canais, alamedas e praças rigorosamente planejadas, com casas providas de saneamento e tão bem construídas que chegaram incólumes até os nossos dias.

A matemática indiana até hoje suscita admiração. Além do conceito de zero, os signos numéricos que atualmente são de uso universal, constituíram um verdadeiro presente oferecido pela Índia em prol do progresso científico da Humanidade como um todo ¹⁷.

Outras conquistas científicas podem ser listadas: sistemas algébricos e de mensuração, desenvolvimento de ligas de metal (inclusive da produção de aço), tábuas astronômicas, domesticação de espécimes da flora e da fauna, engenhosas obras arquitetônicas e de engenharia, a criação de medicina empírica modelar, tratados de anatomia, saltos sem paralelo no domínio do conhecimento filosófico.

Quanto à civilização islâmica, que abrangeu nacos consideráveis de territórios na Ásia, na África e por vários séculos, de partes do continente europeu ¹⁸, a excelência alcançada no artesanato, na indústria do papel, vidreira, de porcelanas e nas técnicas siderúrgicas foi notável, obtendo fama e reconhecimento em todo o mundo conhecido.

O mundo muçulmano criou sofisticadas máquinas hidráulicas e de irrigação, artesanato refinado, tratados de farmacopeia e medicina, técnicas de cartografia, inventários de biologia e botânica, compêndios de química, métodos de drenagem, modelos filosóficos, obras arquitetônicas, artes náuticas, agrimensura, estudos de química, história, geografia, astronomia e avanços sem precedentes na matemática e na álgebra.

Observe-se que apesar de desqualificada como nenhum outro continente, vários povos da África, além dos egípcios, também ofereceram generoso quinhão de benesses ao mundo. Exemplificando, desde a mais remota antiguidade as terras altas da Etiópia, onde nascem muitos tributários do vale do Nilo, presenciaram ostensiva colonização humana. Todas as cronologias esclarecem que o país é uma das formações estatais mais antigas do mundo.

No parecer do eminente pesquisador russo Nikolai Vavilov (1887-1943), esta parte do continente, antiquíssimo espaço agrícola, é um dos sete centros mundiais de origem de animais domesticados e de espécies agrícolas, resultantes de um formidável trabalho de seleção genética realizado por camponeses tradicionais abissínios a partir de espécimes ancestrais silvestres, difusos e/ou endêmicos dessa parte do continente.

Daí que a Humanidade atualmente se delicia, quase sempre sem saber, com alimentos criados pelos abissínios. Dentre outras dádivas, a Etiópia presenteou o mundo com o quiabo, o café, o agrião, o gergelim, mamona, feijão-fradinho, sorgo, milhete, cevada, fava, tremoço, muitas variedades de trigo e o pouco mencionado *teff* ¹⁹.

Também da Etiópia chegou-nos, através do Egito, o gato e a cerveja, que tal como os itens precedentes, são contribuições que compõem uma pauta de elementos civilizatórios de base universais para a Humanidade como um todo.

Mais amplamente, o trabalho dos cultivadores das civilizações do passado, além de gerar autênticos tesouros ambientais e genéticos, abriu as portas para grandes transformações históricas e econômicas. Foi graças ao “primitivismo” dos agricultores extra-europeus que a burguesia europeia pode dispor, por exemplo, do milho e da batata para alimentar as massas de proletários urbanos.

Estas duas plantas, resultado final de primorosa seleção genética feita pelos indígenas mexicanos e dos Andes, são concentradoras de energia e de baixo custo. Tornaram-se a base da dieta dos operários europeus, propiciando ponderável redução dos salários pelo rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho. Como sublinham Jack KLOPPENBURG e Daniel Lee KLEIMAN, dispensando estes dois plantios, “a industrialização européia seria impossível” (1987: 14-15).

Note-se que em muitos pontos da Ásia, África, Oceania e América, populações hoje empobrecidas e marginalizadas souberam desde tempos remotos, mobilizar tremendos esforços intelectuais, operacionais e logísticos para articular a organização do espaço habitado, e com isso, esculturar marcas espantosas no meio natural.

Dentre muitas exemplificações, podemos citar as Pirâmides de Gizé, a Muralha da China, os Palácios da antiga Assíria, os majestosos templos de Borobudur, as colossais muralhas do Zimbábue, os gigantescos templos-montanha de Angkor Wat e os terraços agrícolas do Império Inca.

Formidáveis realizações culturais e artísticas foram alcançadas, sendo citadas com admiração mesmo pelos estudiosos modernos, caso do preciso calendário maia, da matemática babilônica, dos bronzes da civilização Benin e da ourivesaria inca, chibcha e dos astecas, culturas indígenas da América pré-colombiana ²⁰.

Ora, seria ridículo argumentar que a Europa tenha atingido o desenvolvimento industrial a partir de uma pretendida supremacia tecnológica. Menos ainda se lembrarmos que “o grau de evolução técnica da China, da Índia e de diversos países muçulmanos, dentre outros, era na Idade Média, *superior* ao que haviam atingido os europeus à véspera da revolução Industrial” (LACOSTE, 1978: 203, *grifos nossos*).

Por outro lado, como inclusive comprovam os exemplos citados, a existência de técnicas não justifica por si mesma, o surgimento da revolução industrial. Fosse procedente esta máxima, então o industrialismo teria surgido primeiramente na China, na Índia, em partes da África Negra, da América pré-colombiana ou então, nos países islâmicos.

Afinal, recorde-se que uma técnica pode perfeitamente existir e ser conhecida por um círculo sociocultural e paradoxalmente, manter-se alheia aos circuitos de produção. Neste particular, uma pista denunciadora, fornecendo amplo cabedal de informações, pode ser encontrada na história da relojoaria.

Os *gnomons* (ou relógios de Sol), as *clepsidras* (ou relógios de água) e as *ampulhetas* (ou relógios de areia), somado a uma série de habilidosos dispositivos mecânicos, foram construídos por muitas civilizações da antiguidade com base em princípios cosmológicos avessos à noção moderna de uma temporalidade voltada para reger o ciclo de trabalho.

No que era representativo das prefigurações temporais que regravam a mentalidade das sociedades de outrora, retenha-se que os magníficos relógios solares criados pelo mundo greco-romano raramente indicavam por meio de números ou marcadores, a sucessão das horas e frações deste lapso do tempo.

Mas quase invariavelmente, exibiam os planetas do sistema solar, o Sol, a Lua, o Equador e a linha dos Trópicos, ali adequadamente inscritos por conta da fascinação que os elementos astronômicos exerciam no imaginário da antiguidade clássica. Todavia, a precisão destes mecanismos nunca foi aplicada ao mundo da produção (Cf. WALDMAN, 2006; PRICE, 1976: 61).

Este seria, do mesmo modo, o caso da máquina a vapor, engenho icônico da revolução industrial. Do ponto de vista mecânico, a Eolípila, o engenho atribuído ao sábio grego Heron de Alexandria, também conhecida como Máquina de Heron ou Máquina Térmica de Heron, foi tecnicamente a primeira máquina a vapor, criada no longínquo Século I d. C.

A Eolípila era constituída por uma esfera oca abastecida com água, aquecida para produzir vapor que escapando por duas hastes, imprimia movimento circular ao engenho, criação que constitui o protótipo de todas as máquinas criadas na história da Humanidade (Figura 9).

Mais: isto aconteceu quase dois mil anos antes da ciência europeia ter concebido uma finalidade produtiva para este princípio: a entronizada máquina a vapor de James Watt, desenvolvida de um aprimoramento do protótipo grego por Thomas Newcomen em 1712 (Figuras 10a, 10b e 10c).

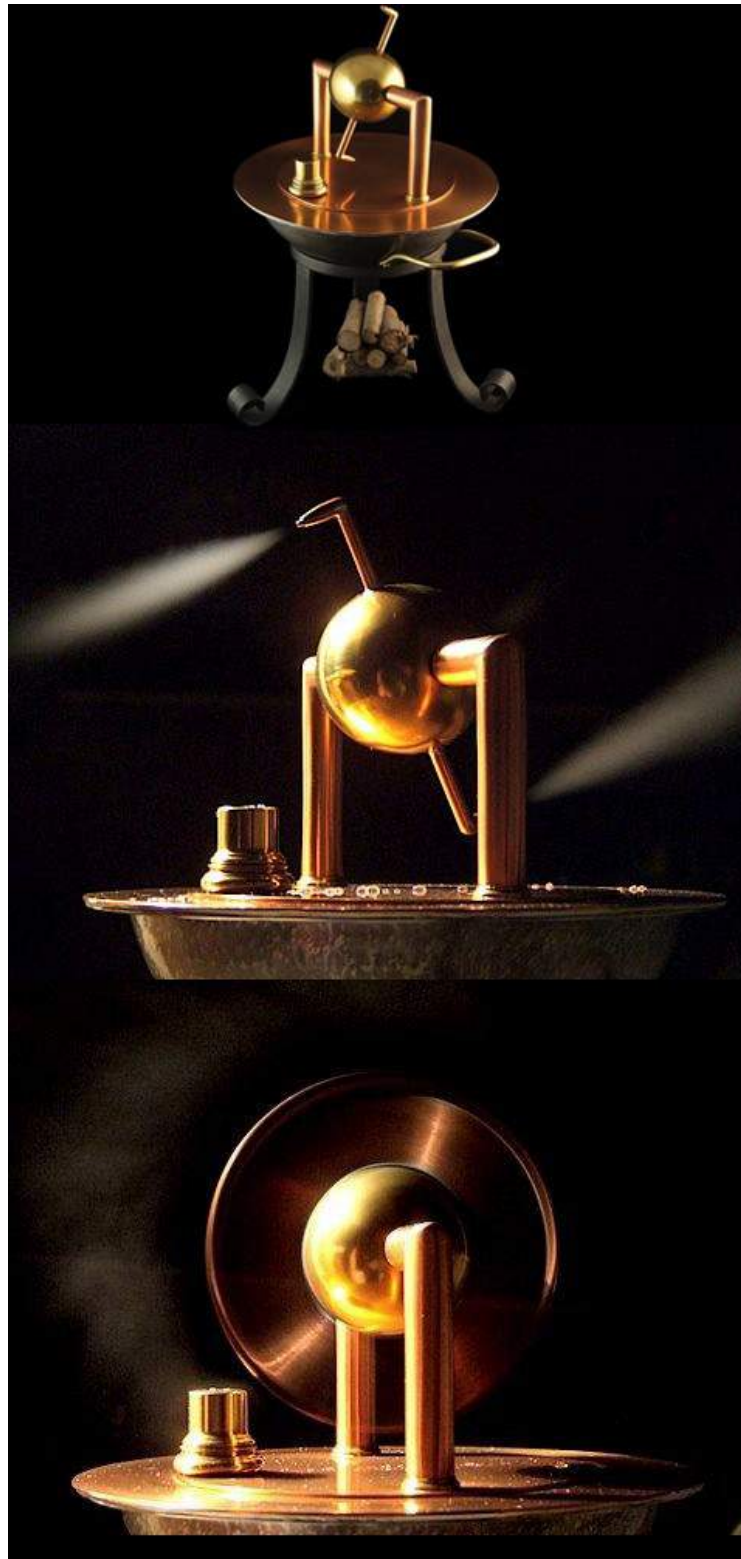
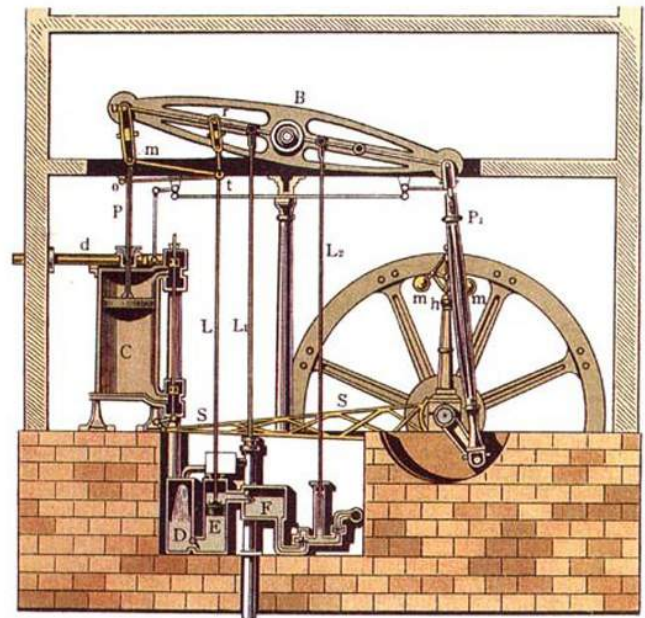
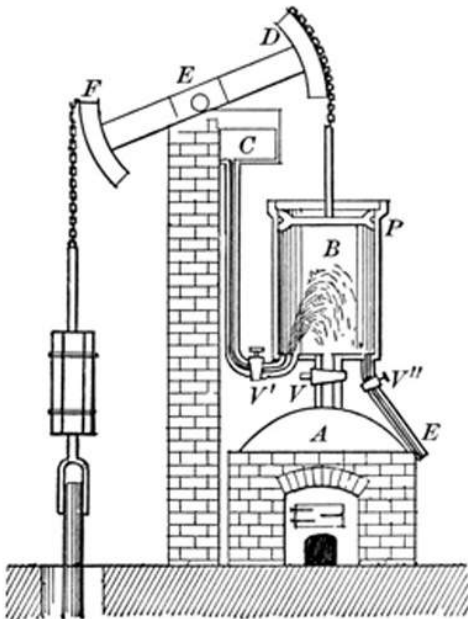


FIGURA 9 - Sequência do funcionamento da Máquina de Heron de Alexandria, acionada por uma fonte de calor (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 18-06-2016).



FIGURAS 10a, 10b e 10c - A invenção da Máquina a Vapor é atribuída ao matemático e engenheiro escocês James Watt (1736-1819), foco de muitas imagens alegóricas, dentre as quais, a famosa obra do artista James Eckford Lauder: “James Watt e a Máquina a Vapor: A Aurora do Século Dezenove”, pintura datada de 1855 reproduzida na parte superior desta página. Note-se que na realidade, a Máquina a Vapor de Watt foi uma otimização da antiga Eolípila de Heron de Alexandria e em especial, um desdobramento do engenho criado por Thomas Newcomen em 1712, também conhecido como Máquina de Newcomen (esquerda), o que tecnicamente, torna a máquina de Watt, antes de tudo, o primeiro tipo de máquina a vapor a fazer uso de um condensador em separado (direita). (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 25-06-2016).

O que foi até agora pontuado a respeito da Eolípila poderia ser ponderado relativamente a muitas outras inovações que foram exclusivamente agregadas ao mundo da produção no teatro histórico europeu.

Isto posto, o que transpira como obviedade é que os europeus foram capazes não de criar, mas sim de pôr em ação inventos concebidos por outros povos e civilizações. Isto é: *embora não fossem geradores de tecnologias, ofereceram um sentido prático às criações de outros povos.*

Deste modo, cumpriria uma vez mais indagar: Por que então os europeus foram os primeiros a realizar a revolução industrial? A resposta a este aparente paradoxo parece residir nas características sociais, políticas e econômicas que vigoravam na Europa a partir da Baixa Idade Média, possibilitando a implementação do industrialismo antes dos outros povos. Isto, independentemente do lastro objetivo de que os chineses, árabes e indianos dispunham de conhecimentos mais avançados do que os europeus.

Com efeito, chama a atenção é que no espaço europeu - *e unicamente neste* - se constata a existência de influentes grupos burgueses, “que se apoderaram das invenções e criaram condições para que estas inovações pudessem ter seu efeito e pudessem lhes fazer ganhar o máximo de dinheiro possível” (LACOSTE, 1978: 210).

Ou seja: a Europa transformou conceitos técnicos meramente interessantes e curiosos em instrumentais para a produção de escala, o que apenas poderia ocorrer, é óbvio, num contexto socioeconômico voltado para multiplicar a produção de bens e com isso, auferir lucros.

Ao contrário das demais sociedades, os europeus desenvolveram um sistema econômico dinamizado pelo pressuposto da concorrência, que passa a capitanear a vida econômica com o apoio de um Estado centralizado, de um aparato jurídico e de uma visão de mundo calcada nos objetivos pecuniários traçados por uma nova classe burguesa de um modo sem paralelo na comparação com qualquer outra formação social.

Enfim, este cenário descortinava bem estruturado conjunto de pré-condições materiais, fundamental para a decolagem econômica da burguesia, retratado com maestria pelos artistas e pintores italianos e flamengos deste período nas representações pictóricas dos novos grupos hegemônicos (Figura 11).



FIGURA 11 - Retrato do Casal Arnolfini, tela do pintor flamengo Jan Van Eyck (1434), uma peça icônica que destaca a nascente e poderosa classe mercantil (Fonte: Pinterest, < <https://br.pinterest.com/> >. Acesso: 30-08-2016).

Na Ásia, África, América e na Oceania, os sistemas econômicos existentes acatavam, em maior ou menor grau, um acentuado grau de autarquia, substantivados em circuitos produtivos relativamente fechados ou então fortemente autossuficientes, uma economia classificada como natural, nos quais a produção de bens estava bem mais voltada para a produção de valores de uso do que valores de troca.

Este foi seguramente o caso das civilizações chinesa, indiana, islâmica, negro-africana e da América pré-colombiana, cujas relações econômicas tinham por base outros preceitos, expectativas e elementos conceituais, nas quais um sentido tradicional de vida usufruía de prestígio indiscutível, impregnando o dinamismo das sociedades (WALDMAN, 2006).

Foram considerações desta ordem que impediram que a China, por exemplo, abrisse mão de mundializar a seu gosto o Planeta. Técnica e economicamente o Império Chinês tinha condições plenas de realizar o périplo africano em “sentido contrário”. Isto é, “descobrir” a Europa e dar início a uma “globalização chinesa” do Planeta.

Mutatis mutandis, o Celeste Império tinha frotas, equipes, insumos, mapas, bússolas, pólvora, instrumentos de precisão, conhecimentos astronômicos, saberes matemáticos e estrutura de comando. Estava ao seu alcance fazer com que o Planeta inteiro se tornasse *oriental* em lugar de *ocidental*, tal como é hoje.

Todavia, faltava-lhe desejo em se impor ao mundo, algo que os europeus tinham de sobra. Não por acaso, o ambicioso imperador Carlos I de Espanha, um paradigmático ator do expansionismo europeu, que tinha sob seu cetro um dos mais portentosos impérios da história humana, adotou justamente por divisa o lema latino *Plus Ultra*. Qual seja: *Mais Além*.

Portanto, foi em razão de metas civilizatórias singulares, modeladas pela economia de mercado e por uma concepção burguesa de mundo que permitiram a expansão europeia durante o mercantilismo e mais adiante, o avanço do industrialismo.

São estes pressupostos, e não os fundamentados em hipotéticos princípios biológicos de superioridade racial, que explicam o surgimento da revolução industrial no continente europeu.

IV. Limites e Dilemas da Hegemonia Ocidental

O mundo de hoje parece constituir um reflexo único, modelado e direcionado pela civilização ocidental, marco que circunscreve a eclosão do que os cientistas sociais têm definido como Modernidade.

De um modo geral, as ciências sociais definem a Modernidade como uma sociedade cujas dinâmicas técnicas e unificadoras conquistaram crescente supremacia, embaladas pela radicalização incessante das demandas civilizatórias do mundo ocidental.

O que hoje podemos observar é um modelo de sociedade que respalda modos de vida que desvencilharam, de um modo que não têm precedentes, a Humanidade dos modos tradicionais de ordem social.

Este novo universo de paradigmas é balizado pela autonomia da esfera do econômico como princípio regulador e a lógica da produção enquanto diretriz básica da economia, variáveis que, diga-se de passagem, constitui nexos explicativos da problemática ambiental contemporânea.

Deste modo, padrões de excelência técnica controlam os ambientes materiais, culturais, políticos, econômicos e sociais do mundo contemporâneo. Diante ordenações de valores criadas pela Modernidade, a religião perde prestígio, sobrepujada por modelos abstratos que fundamentam relações informais e impessoais.

A mediação com o meio natural passou a ser enquadrada por determinações laicas de mundo, perdendo, pois imemoriais atribuições mágicas, metafísicas e afetivas que comandaram o mundo pré-moderno.

O sucesso do Ocidente em impor-se ao mundo e desta forma transformar a Modernidade no estilo de vida paradigmático do mundo global não sobreveio, porém, dissociado de toda sorte de violências e arbitrariedades. No final das contas, a dominação mundial do Ocidente foi alcançada por intermédio de atos iníquos, condenáveis e vergonhosos, crimes levados a cabo com determinação apaixonada e implacável.

Dentre as inumeráveis barbaridades perpetradas pelo poder ocidental constam: a queima da literatura e das obras eruditas dos Maias pelos inquisidores espanhóis; a destruição da primorosa cartografia Bamoun pelos colonialistas franceses; o genocídio dos indígenas,

aplicado com devoção por toda a América; atrocidades infames como as Guerras do Ópio, empreendidas pelos ingleses para dar livre curso à venda de entorpecentes para o povo chinês; a escravização impiedosa de milhões de africanos, um tormento imposto por trezentos anos; a perseguição das religiões tradicionais, carimbadas como superstição e paganismo, combatidas sem trégua por missionários e pelas administrações colonialistas; estratégias de homogeneização étnica, cultural, religiosa e linguística, empreendidas em todo o ultramar e inclusive no teatro europeu, estigmatizando, desterrando e/ou aniquilando, dentre outros grupos, os albigenses, ciganos, judeus e muçulmanos.

Tal como sentenciou acidamente Roland BRETON, *uma civilização que se impõe por atos deste tipo é inevitavelmente contestada pela posteridade* (1990: 100).

Tudo o que se seguiu, a hegemonia ocidental, é apenas e tão somente o desdobramento inevitável de um sistema firmado na submissão do natural ao artificial; do que é emocional ao que foi estabelecido como racional; da heterogeneidade étnica ao que foi imposto como identidade nacional; e o que é local e particular, às determinações que emprestam um rumo global aos rumos da Humanidade (Vide WALDMAN, 2016a, 2016b e 2006).

O pior é saber que a vitória deste modelo civilizatório foi alavancada com a ajuda de inovações importadas de múltiplas formas não-ocidentais de organização social, cultural e econômica. Seria seguramente o caso de recordar o provérbio árabe pelo qual “a árvore chora quando percebe que o cabo do machado que a derruba foi feito com a madeira do seu tronco”.

Contudo, uma certeza não permite calar: a civilização ocidental, em cujo interior é engendrado o processo de globalização e de hegemonia mundial, foi, a bem da verdade, apenas um dentre outros padrões civilizatórios que marcaram a história humana. E no caso, tão somente a última a brilhar no palco das civilizações (TOYNBEE, 1979).

Para arrematar, esta supremacia, ao ser articulada com base na desqualificação de uma série de inferências que sempre determinaram a razão de ser das comunidades humanas, a começar pelo senso de medida na relação com a esfera do natural, está nos dias de hoje ameaçada pela voracidade de um sistema que sempre ignorou a noção de limites.

Assim, a hegemonia ocidental encontra seu dilema fundamental na própria devoção que nutre pelo crescimento ilimitado. Premida entre o que deseja e o que os pressupostos do

meio ambiente lhe permitiriam realizar, o que se tem é uma encruzilhada visceral de cujo equacionamento dependerá a continuidade ou não das sociedades humanas na Terra.

Conjuntura que objetivamente está colocando a hegemonia ocidental às mais duras provas. E também, a todos os povos, grupos e culturas que vivem sob seu comando.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Manuel Correia. *Geografia, Região e Desenvolvimento*. Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco (UFP). 1977;

BALANDIER, Georges. *As Dinâmicas Sociais - Sentido e Poder*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1976;

BARTRA, Roger. *El Modo de Producción Asiático - Problemas de la historia de los países coloniales*. Coleção El hombre y su tiempo, Cuarta edición. México (DF): Ediciones Era. 1978;

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009;

BOOKCHIN, Murray. *Sociobiologia ou Ecologia Social?*. Lisboa (Portugal): Sementeira. 1989;

BRETON, Roland Jules-Louis. *Geografia das Civilizações*. Série Fundamentos, nº. 60. São Paulo (SP): Editora Ática. 1990;

CHIAVENATO, Julio José. *Bolívia - Com a Pólvora na Boca*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

DIOP, Cheikh Anta. *Origem dos Antigos Egípcios*. In: História Geral da África, A África antiga, volume II, São Paulo-Paris (Brasil-França): coedição Editora Ática e UNESCO. 1983;

DORF, Philip et FARRELL, John Thomas. *Our Early Heritage: Ancient and Medieval History*. Nova York (EUA): Oxford Book Company. 1940;

DORFMAN, Ariel et MATTELART, Armand. *Para Ler o Pato Donald - Comunicação de Massa e Colonialismo*. Coleção Pensamento Crítico, volume 14. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra. 1978;

DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Terceiro Mundo*. Coleção Tudo é História nº. 35. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

DUBY, Georges. *Atlas Historique Mondial*. Paris (França): Larousse - Essays et Documents. 2011;

FALCON, Francisco. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1981;

FERREIRA, Oliveiros da Silva. *Nossa América, Indoamérica*. São Paulo (SP): coedição Livraria Pioneira Editora e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1971;

FONTETTE, François de. *O Racismo*, Lisboa (Portugal): Livraria Bertrand. 1976;

GEBRAN, Philomena. *Conceito de Modo de Produção*, Philomena Gebran (coord.), Coleção Pensamento Crítico, Volume 24. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra. 1978;

GEORGE, Pierre. *Geografia Econômica*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1980;

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo (SP): Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). 1991;

GODELIER, Maurice. *A Noção de Modo de Produção Asiático e os Esquemas Marxistas de Evolução das Sociedades*. In: *O Modo de Produção Asiático*, Lisboa (Portugal): Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes (CERM) - SEARA NOVA. 1974;

GOUREVITCH, Aron Yakovlevich. *O Tempo como Problema de História Cultural*. In: Estudos reunidos pela UNESCO, Petrópolis e São Paulo (RJ-SP): Editora Vozes e Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1975;

HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro (RJ): Objetiva. 1997;

JONES, Emrys. *Geografia Humana*. Nueva Colección Labor, nº. 16. Barcelona (Espanha): Editorial Labor S.A. 1966;

JOPPERT, Ricardo. *O Alicerce Cultural da China*. Rio de Janeiro (RJ): Editora Avenir. 1978;

KINDER, Hermann et HILGEMANN, Werner. *Atlas Histórico Mundial*. Colección Fundamentos. Madri (Espanha): Ediciones Istmo. 1975;

KLOPPENBURG, Jack et KLEIMAN, Daniel Lee. *Seed Wars: Common Heritage, Private Property, and Political Strategy*. In: *Socialist Review*, nº. 95, September-October. 1987;

LACOSTE, Yves. *Unité & Diversité du Tiers Monde - Des Representations Planétaires aux Stratégies sur le Terrain*. Paris (França): François Maspero. 1981;

_____. *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo e Rio de Janeiro (SP-RJ): Editora Difusão Européia do Livro (DIFEL). 1978;

MANTRAN, Robert. *Expansão Muçulmana - Séculos VII-XI*. Coleção Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, nº. 20. São Paulo (SP): Livraria Pioneira Editora. 1977;

MAULL, Otto. *Geografia Política*. Barcelona (Espanha): Ediciones Omega. 1959;

MUNANGA, Kabengele. *África Negra e a Formação da Africanidade*. In: *Vozes da África*, Biblioteca Entrelivros. Editora Duetto, edição especial nº. 6. 2007;

_____. *Povos e Civilizações Africanos*. In: *Introdução aos Estudos da África Contemporânea*. Texto mimeo. Brasília e São Paulo (DF-SP): Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP) e Ministério das Relações Exteriores. 1984;

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo (SP): Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP) e Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1999;

MYERS, Edward D. *La Educación en la Perspectiva de la Historia*. Coleção Breviarios, nº. 188. México (DF): Editora Fondo de Cultura Económica. 1966;

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. Cadernos CEBRAP, nº. 17, 4ª edição. São Paulo (SP): Editora Brasiliense. 1978;

PAULME, Denise. *As Civilizações Africanas*. Coleção Saber. Lisboa (Portugal): Publicações Europa-América. 1977;

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: As origens da nossa época*. 8ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Editora Campus. 2000;

PRICE, Derek de Solla. *A Ciência desde a Babilônia*. Coleção O Homem e a Ciência, nº. 2. Belo Horizonte e São Paulo (BH-SP): Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP). 1976;

RESENDE, André Lara. *Os Limites do Possível: A economia além da conjuntura*. 1ª edição. São Paulo (SP): Portfólio-Penguin. 2013;

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo (SP): Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (HUCITEC). 1988;

TOYNBEE, Arnold. *A Humanidade e a Mãe Terra - Uma História Narrativa do Mundo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores. 1979;

TRAGTEMBERG, Maurício. *Burocracia e Ideologia*, Coleção Ensaios, nº. 9, 1ª edição. São Paulo (SP): Editora Ática. 1977;

WALDMAN, Maurício. *Cartografias do Racismo: Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº. 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016a;

_____. *Cartografias do Racismo: Arquétipos, Fantasmagorias e Espelhos*. Antropologia: Coleção Temas Contemporâneos, nº. 2. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016b;

_____. *Mercantilismo e Colonização: Colônias de Exploração e de Povoamento*. E-book disponibilizado na Plataforma Kobo e no Portal da Livraria Cultura: <https://store.kobobooks.com/pt-br/ebook/mercantilismo-e-colonizacao> e <http://www.livrariacultura.com.br/p/mercantilismo-e-colonizacao-100985751>. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2016c;

_____. *Arquétipos, Fantasmagorias e Espelhos*. In: revista GEOUSP - Espaço e Tempo, nº. 23, pp. 44-63. São Paulo (SP): Serviço de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2008;

_____. *Meio Ambiente & Antropologia*. Série Meio Ambiente, nº. 6. São Paulo (SP): Editora SENAC. 2006;

_____. *Imaginário, Espaço e Discriminação Racial*. In: revista GEOUSP - Espaço e Tempo, nº. 14, Volume 1, pp. 45-64. São Paulo (SP): Serviço de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 2003;

_____. *Interpretação Materialista da História do Egito Faraônico*. São Paulo (SP): mimeo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). 1977;

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo (SP): Livraria Pioneira Editora. 1967;

WEI, Zhuang. *Cuatro Grandes Inventos en la Antigüedad China*. 1ª edição. Pequim (República Popular da China): Ediciones en lenguas extranjeras. 1980.

¹ **Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social**, ISBN: 1230000882286, é um material editorial primeiramente disponibilizado na Plataforma Kobo pela **Editora Kotev (Kotev ©)** em Outubro de 2016. Em Abril de 2018, este mesmo material foi transformado em texto de acesso livre na Internet em Formato PDF. O texto de **Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social** é uma publicação que tem por objetivo questionar e inventariar os motivos que respaldaram o processo de construção de hegemonia da civilização ocidental, tema que reclama aportes geográficos, históricos, econômicos, culturais, sociais e políticos. Texto que resulta, por parte do autor, de muitas interações em sala de aula, palestras e conferências, **Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social** é um material com enfoque questionador, fluente e direto, constituindo subsídio para alunos e professores na construção de uma visão crítica da história do Ocidente. A edição em curso deste texto pela **Editora Kotev** agrega cautelas de estilo e notas editoriais, explicativas e bibliográficas. Recorre a uma bibliografia com textos clássicos entremeados com novas contribuições. Texto de Apoio da Coleção Educação Popular, **Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social** é um material complementar para sala de aula e para informação do público interessado na análise do que, via de regra, é omitido no campo educativo. Assim, a publicação propõe um debate parceiro da interdisciplinaridade, adotando como objetivo central o aprofundamento da consciência dos fatos que influenciaram e influenciam a dinâmica do mundo global, que justamente surge como resultado direto da expansão do Ocidente. A primeira versão deste material foi indexado à coletânea *Doze Estudos em Geografia Crítica: Geografia para o Ensino Técnico de 2º Grau*, registrada na Biblioteca Nacional-Fundação Pró-Memória sob o título nº. 28.659 (04-10-1983), Rio de Janeiro (RJ). A presente edição contou com a Assistência de Editoração, Tratamento Digital de Imagens e Pareceres Técnicos do *webdesigner* Francesco Antonio Picciolo, E-mail: francesco_antonio@hotmail.com, Home-page: www.harddesignweb.com.br. **Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social** é um material gratuito, sendo vedada qualquer forma de reprodução comercial e igualmente, divulgação em qualquer veículo de comunicação sem aprovação prévia da **Editora Kotev (Kotev©)**. A citação de **Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social** deve obrigatoriamente incorporar referências ao autor, texto e apensos editoriais conforme padrão modelar que segue: WALDMAN, Maurício. *Hegemonia Ocidental: Processo Cultural, Histórico e Social*. Série Educação Popular Nº 1. São Paulo (SP): Editora Kotev. 2018.

² **Maurício Waldman** é antropólogo, jornalista, pesquisador acadêmico e professor universitário. Militante ambientalista histórico do Estado de São Paulo, Maurício Waldman somou a esta trajetória experiências institucionais na área ambiental e uma carreira acadêmica com contribuições no campo da antropologia, geografia, sociologia e relações internacionais. Nos anos 1970 e 1980, atuou como professor de geografia e de história em escolas da rede particular da capital paulista e como Diretor da Escola e dos Cursos Profissionalizantes da Fundação Estadual do Menor

(FEBEM) e do Serviço SOS Criança (1997-2000). Waldman foi colaborador de Chico Mendes, Coordenador de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo (SP) e Chefe da Coleta Seletiva de Lixo na capital paulista. Nos anos 1990, participou no CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo e Rio de Janeiro), em movimentos em defesa da Represa Billings no Grande ABC Paulista e em diversas entidades ecológicas, dentre as quais o Comitê de Apoio aos Povos da Floresta de São Paulo, também participando do Comitê de Fiscalização do Reator Nuclear do Projeto Aramar, em Iperó (SP). Autor de 18 livros e de mais de 700 artigos, textos acadêmicos e pareceres de consultoria, Waldman é autor, dentre outras obras, de *Ecologia e Lutas Sociais no Brasil* (Contexto, 1992), *Antropologia & Meio Ambiente* (SENAC, 2006), primeira obra brasileira no campo da antropologia ambiental e de *Lixo: Cenários e Desafios - Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*, obra finalista do Prêmio Nacional Jabuti de 2011 (Cortez Editora, 2010). Maurício Waldman é graduado em Sociologia (USP, 1982), licenciado em Geografia Econômica (USP, 1983), Mestre em Antropologia (USP, 1997), Doutor em Geografia (USP, 2006), Pós Doutor em Geociências (UNICAMP, 2011), Pós Doutor em Relações Internacionais (USP, 2013) e Pós Doutor em Meio Ambiente (PNPD-CAPES, 2015).

Mais Informação:

Portal do Professor Maurício Waldman: www.mw.pro.br

Maurício Waldman - Textos Masterizados: <http://mwtextos.com.br/>

Currículo Plataforma Lattes-CNPq: <http://lattes.cnpq.br/3749636915642474>

Verbete Wikipédia (BrE): http://en.wikipedia.org/wiki/Mauricio_Waldman

Contato Email: mw@mw.

³ Muitos historiadores e antropólogos optam pela denominação civilização *sínica* em lugar de civilização *chinesa*. Isto porque chinês reporta mais diretamente à etnia *han* ou chinesa. Sínico nos remete a um padrão civilizatório, que inclui além dos *han*, muitos outros povos, comunidades e culturas integradas na China, também responsáveis por amplas contribuições culturais. Retenha-se que a própria bandeira da República Popular da China reconhece esta notação nas cinco estrelas que ponteam o panteão nacional. A estrela maior representando o grupo *han*, o mais numeroso e que historicamente é o cerne histórico do país. As demais quatro estrelas representam os *hui* (chineses muçulmanos), os *mandchus*, os *mongóis* e os *tibetanos*, povos considerados parte indissociável do processo histórico e cultural chinês.

⁴ Convém não confundir *Índia* com *civilização indostânica*. Com efeito, enquanto padrão civilizatório a área indostânica refere-se, além da Índia propriamente dita, a povos e países como o Sri Lanka, o Mianmar, Nepal, Butão e o enclave da ilha de Bali, na Indonésia, sendo que no passado abrangia muitos outros territórios da Ásia, notadamente a Indochina, Insulíndia, Afeganistão, Paquistão e Bangladesh. Quanto a estes dois últimos países, que correspondem ao antigo hindustão muçulmano, compartilham com esse conjunto, inúmeras interfaces culturais e históricas comuns.

⁵ O Islam não é uma entidade única ou monolítica. Além das diferenças doutrinárias (xiismo, sunismo, karijismo, etc.), o universo islâmico agrega diversas segmentações internas, mormente de fundo étnico e/ou linguístico. É perfeitamente possível identificar um Islamismo *árabe*, *bérbere*, *iraniano* (ou *persa*), outro de base *turca*, um islamismo *hindu* (também denominado *urdu*), outro de matiz *malaia* e finalmente, um islamismo *africano*.

⁶ A Romênia e a Moldova, países de língua latina inseridos neste grupo, constituem uma exceção a ser levada em conta.

⁷ A Grécia é quase sempre observada como um país ocidental. Todavia esta averbação é basicamente geopolítica. Cultural e religiosamente o país é categoricamente integrante do mundo ortodoxo.

⁸ Relativamente à Geórgia e Armênia, estas duas nações integram o mundo ortodoxo, mas mantém, contudo, fortes conexões com o Oriente Médio, uma área externa ao mundo europeu. No caso da Armênia, o vínculo desta nação com o Ocidente é também reforçado em vista da simpatia despertada na opinião pública ocidental pelo repúdio ao genocídio perpetrado pelos turcos contra uma população que além de ser cristã, mantinha relacionamento com vários países do Ocidente.

⁹ Retenha-se que embora coloquialmente o termo Holanda seja corriqueiro para identificar os dos Países Baixos, na realidade condiz a uma das províncias formadoras do Reino dos Países Baixos ou Províncias Unidas, justamente a Holanda.

¹⁰ Com a constituição do Reino Unido em 1707, as denominações Grã-Bretanha e Inglaterra são utilizadas como sinônimos, bem como os patronímicos britânico e inglês.

¹¹ Grosso modo, um “Estado-Diretor” é definido por fatores como capacidade de influenciar de uma forma organizacional, política, ideológica, econômica, militarmente e tecnologicamente ou pela conjugação de parte de todos estes valores, a região geográfica onde se insere.

¹² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, conhecida internacionalmente como UNESCO, acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

¹³ Todavia, no que poderia ser reivindicado como sinal da persistência da dificuldade em aceitar a ideia de uma civilização negro-africana que ensombra muitos relatos intelectuais, o prestígio da propositura referente a uma *África objeto*, inculta e alheia à inventividade, sempre encontrou forte e vigorosa aceitação numa diversidade de escaninhos acadêmicos.

¹⁴ Anote-se que o sempre comentado grande incêndio da Biblioteca de Alexandria em 642 pelos árabes têm sido colocado em questão por amplos setores da historiografia moderna. O primeiro registro sobre o evento data de cinco séculos após a data tradicionalmente citada, o que por si só coloca o acontecimento sob suspeição. Não haveria como não destacar, mesmo que tenha sido ordenado pelo Califa Omar, supostamente para não referendar qualquer competição com o Alcorão, a destruição da Biblioteca de Alexandria seria uma notabilíssima exceção

nos procedimentos adotados pelos conquistadores árabes, algo fidedignamente único. Pelo contrário, todas as fontes informam o apreço muçulmano pelo conhecimento em todas as áreas. Por outro lado, ressalve-se que a herança greco-latina foi em grande parte premeditadamente destruída na Europa medieval. Papas, reis, beatos e senhores feudais incendiaram bibliotecas julgadas como pagãs, fecharam escolas de medicina e perseguiram implacavelmente sábios e filósofos. A grande biblioteca de Pérgamo, com 200.000 volumes e que constituía um dos símbolos entronizados da herança grega clássica, foi queimada e destruída em larga escala. Seu patrimônio reduziu-se a um punhado de pergaminhos pouco superior em número ao que restou da queima dos arquivos maias pela sanha dos conquistadores espanhóis. Foram atos como estes, levados a cabo com apaixonada devoção pela Igreja e pelo poder feudal, que reduziram a Europa medieval a um deserto cultural.

¹⁵ Notar que a despeito da denominação “latina”, muitos países deste subcontinente constituem nações colonizadas por países que como a Inglaterra e a Dinamarca não são latinas nem na língua, nem na história e sequer na cultura. Nações das Antilhas e do Caribe se enquadrariam nesta observação. Além do mais, a massa da população latino-americana é de origem indígena, africana ou mestiça. Daí que mais acertadamente, estaríamos diante de uma realidade cultural e continental que poderia ser mais bem definida como Indo-Afro-Latino América.

¹⁶ Nesta derivação, a Bolívia expressa como nenhuma outra nação latino-americana os impasses e contradições impostos pelo domínio colonial ocidental. Na ponderação do historiador brasileiro Júlio José Chiavenato, a Bolívia ao longo de sua história constituiu um país de economia mineraria (ouro, prata, estanho), a serviço dos interesses externos, tendo por característica principal uma maioria indígena dominada e explorada por uma minoria branca. Deste modo, trata-se de um país estruturado na opressão de raças, fortalecendo a de classes. O racismo na Bolívia está diretamente associado aos interesses dos grupos dominantes, com enorme expressão no processo de roubo das terras indígenas. Em 1930, apenas 4,5% dos índios tinham terra para cultivar em relação a 1825. Os indígenas foram transformados de proprietários coletivos da terra em comunidades agrárias de colonos e *punhos* pobres ou muito pobres (Vide CHIAVENATO, 1981: 159). Retenha-se que apenas em 2006 a Bolívia passou a ter um presidente de origem indígena, Evo Morales, o que bem expressa a apartação social e cultural dos indígenas neste país andino.

¹⁷ O sistema numérico indiano foi a partir do Século VIII, disseminado pelos árabes muçulmanos, daí a denominação de algarismos arábicos. Mas na realidade, o sistema é na forma e na essência uma criação indiana.

¹⁸ Recorde-se o longo domínio mouro em Espanha e Portugal, dos árabes na Sicília e em Malta e dos turcos em quase toda a extensão dos Bálcãs.

¹⁹ Cereal tipicamente etíope que imemorialmente é a base da alimentação de grande parte dos abissínios. Atualmente, é tido como o cereal do futuro: cresce em solos

pobres, é nutritivo e solicita pouca água.

²⁰ Os trabalhos em ouro dos ameríndios foram integralmente fundidos em lingotes para serem transportados para a Europa, principalmente na direção da Espanha. Neste país, foi preservado um pequeno lote de objetos, poupado para mostrar aos soberanos espanhóis a arte dos “pagãos”. Sobre este quesito, confira-se: “os ourives de Sevilha, que os viram, ficaram desesperados por não poder imitá-los. E Albrecht Dürer declarou a respeito deles: nunca vi em toda a minha vida coisa alguma que tivesse alegrado o meu coração quanto essas coisas” (BRETON, 1990: 100).

CONHEÇA A SÉRIE EDUCAÇÃO POPULAR



<http://mwtextos.com.br/serie-educacao-popular/>



Os debates sobre **EDUCAÇÃO POPULAR** é um dos pilares centrais de atuação da EDITORA KOTEV, publicadora digital que entrou em atividades no ano de 2016.

Também trabalhamos com temas relacionados com **RELAÇÕES INTERNACIONAIS, AFRICANIDADES, RECURSOS HÍDRICOS, RESÍDUOS SÓLIDOS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.**

Saiba mais sobre a EDITORA KOTEV. Acesse nossa página:

<http://kotev.com.br/>

Qualquer dúvida nos contate. Estamos à disposição para atendê-lo:

atendimento@kotev.com.br